

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA (IPOL)

Marcella Fernanda Felipe Carlos

**SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO: COMO O PROCESSO DE
SOCIALIZAÇÃO INFLUENCIA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS INDIVÍDUOS**

Brasília

2015

Marcella Fernanda Felipe Carlos

**SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO: COMO O PROCESSO DE
SOCIALIZAÇÃO INFLUENCIA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS INDIVÍDUOS**

Monografia apresentada ao Instituto de
Ciência Política da Universidade de Brasília
para conclusão do curso de graduação em
Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Mathieu Turgeon

Brasília

2015

Marcella Fernanda Felipe Carlos

**SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO: COMO O PROCESSO DE
SOCIALIZAÇÃO INFLUENCIA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS INDIVÍDUOS**

Monografia apresentada como pré-requisito
para a obtenção do título de bacharel em
Ciência Política pela Universidade de Brasília
e apresentada a seguinte banca examinadora:

PROFESSOR MATHIEU TURGEON

(Universidade de Brasília)

(Universidade de Brasília)

Brasília

2015

DEDICATÓRIA

Primeiramente, dedico esta monografia a Deus, aquele que produz em nós *“tanto o querer quanto o realizar”* (Filipenses 2:13). À minha mãe, ao meu pai, à minha irmã, às minhas avós e ao restante da minha família, pelo apoio contínuo, e por terem acreditado em mim desde o início de tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, meu criador e salvador, razão de toda a minha existência, pelo seu infinito amor por mim, e pela sua graça e misericórdia sem fim para comigo durante toda a minha vida e toda a minha graduação. Deus não só me concedeu a aprovação no vestibular, como também abriu todas as portas para mim dentro da Universidade, permitindo que eu me graduasse de acordo com a minha vontade. Deus é bom o tempo todo, e Ele têm guiado todos os meus passos e me abençoado diariamente. Por isso, *“pela graça de Deus, sou o que sou; e a sua graça para comigo não foi vã.”* (1 Coríntios 10:15).

À minha mãe, ao meu pai e à minha irmã, que sempre me apoiaram, e que comemoraram e se angustiaram comigo durante os altos e baixos desses quatro anos de graduação. Aos meus pais, em especial, por terem sido sempre disponíveis para me levar e buscar em diversas ocasiões, tanto para a Universidade, quanto para os eventos fora dela, e até mesmo para as festas do curso. Pela paciência de sempre durante os meus períodos de desilusão com o curso. Pelo apoio contínuo nos momentos de tomada de decisão e por sempre terem acreditado que eu faria a escolha correta. Por terem, junto com a minha irmã, incentivado e se orgulhado da minha participação no Politeia, mesmo sem entenderem direito o que eu fazia, ou por que eu tinha que passar tanto tempo no Instituto de Ciência Política durante a noite ou até mesmo de madrugada. Enfim, por todo o amor e carinho, e o mesmo desejo de sempre de me ver vitoriosa, fica aqui o meu muito obrigada!

Um agradecimento especial, cheio de carinho e com muita saudade, ao meu cachorro, Apollo, que durante o período de desenvolvimento dessa monografia me fez companhia por noites adentro sem hesitar. Ele esteve ao meu lado na fase mais estressante do semestre e nunca falhou em me fornecer conforto e alegria. Meu coração se entristece de saudade, mas eu sei que hoje ele está nos céus, brincando com o irmãozinho dele, o meu também muito amado e querido Sansão.

Às minhas avós, por sempre terem enxergado a minha entrada na UnB com muito orgulho e admiração. À minha avó materna, em especial, por toda a disposição em me fornecer caronas semanais, por ter oferecido a sua casa como meu segundo lar durante toda a semana do Politeia e em diversas e incontáveis outras ocasiões, e pelo almoço maravilhoso de sempre quando eu precisei. À minha avó paterna, por também ter colocado a sua casa de

portas abertas para mim, por ter entendido quando eu precisei faltar os diversos eventos de família para estudar, e por sempre perguntar, com muita empolgação, quando é a minha formatura. Por todo esse apoio e carinho, serei eternamente grata.

Às queridas amigas de Politeia, que não só me ajudaram a encontrar um sentido para a minha graduação em um momento em que eu me sentia completamente perdida, como também me adotaram como amigas para a vida. Aos queridos reacinhas, que me acolheram num momento de solidão, que sempre me trataram com muito carinho e que me mostraram o que é uma amizade forte e presente. Aos queridos amigos já cientistas políticos, que me acompanharam durante o processo de término de curso e de conclusão da monografia, e que me ouviram falar incessantemente dos mínimos detalhes deste trabalho, em todas as suas glórias e decepções. Às amigas de infância que são sempre presentes na minha vida, e foram as minhas companheiras de festas, de alegrias e de angústias durante todo esse período.

Por fim, agradeço ao Instituto de Ciência Política e aos professores e alunos idealizadores do Politeia por terem criado um projeto imensamente maravilhoso que me direcionou profissionalmente. Agradeço também ao meu orientador, Professor Mathieu Turgeon, por ter aceitado me orientar desde que eu participei do seu grupo de pesquisa no final de 2013, pela rapidez em responder e-mails e pela tranquilidade com que sempre me passou as instruções para o desenvolvimento deste trabalho. Por toda a disponibilidade e sabedoria de sempre, muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar de que maneira o processo de socialização política influencia a participação política dos indivíduos. Através da socialização política o indivíduo adquire valores, orientações e padrões de comportamento da cultura política de seu país. Um destes comportamentos é a participação política, que necessita de uma ativação primária em estágios iniciais do desenvolvimento do cidadão. Essa ativação ocorre por meio dos agentes socializadores, que, além de serem responsáveis por educar os indivíduos, são também fundamentais para estimulá-los a participar do sistema político. Um levantamento teórico permitiu a caracterização tanto do processo de socialização política quanto de participação. Em seguida, diversas pesquisas empíricas que relacionaram os dois temas foram utilizadas a fim de analisar como os dois processos dialogam, demonstrando os efeitos da socialização sobre a participação dos jovens. Os resultados encontrados atestaram o papel de importância de determinados agentes e revelaram que a socialização e a participação política são atividades interdependentes.

Palavras-chave: Socialização Política, Participação Política, Comportamento Político, Psicologia Política.

ABSTRACT

This paper intends to analyse the ways in which the political socialization process influences the political participation among the individuals. Throughout political socialization, the individual acquire values, orientations e patterns of behavior from the political culture of his country. One of these behaviors is the political participation, and it requires a primary activation on the early stages of the citizen's development. This activation occurs through socializing agents that, in addition to be responsible for educating the individuals, they're also fundamental in stimulating them to participate in the political system. A literature review allowed the characterization of the political socialization process as well as the participative one. Subsequently, a variety of empirical researches that related both subjects were used to analyse how the two processes dialogue, revealing the effects of the socialization over the participation of the young people. The results attested the important role of some agents and revealed that socialization and political participation are interdependent activities.

Keywords: Political Socialization, Political Participation, Political Behavior, Political Psychology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA	11
1.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O TEMA	11
1.2 DEFINIÇÃO	13
1.3 AS AGÊNCIAS SOCIALIZADORAS	17
1.3.1 A Família	18
1.3.2 A Escola	21
2. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	26
3. SOCIALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	32
3.1 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS: DECLÍNIO OU PARTICIPAÇÃO ALTERNATIVA?	32
3.2 AS PESQUISAS SOBRE SOCIALIZAÇÃO NO SÉCULO XXI	37
3.2.1 Imigrantes, concentração residencial e participação	39
3.2.2 Associações voluntárias e participação política	45
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
BIBLIOGRAFIA	56

INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre *socialização política* ocorrem desde antes da consolidação do campo de estudo. Inicialmente, os autores procuravam relacionar a educação à cidadania, e as pesquisas tinham como foco o envolvimento cívico dos jovens. De acordo com a teoria, a socialização política deveria fornecer as condições necessárias para que os indivíduos continuassem comprometidos civicamente em um regime político. A partir das teses iniciais, o delineamento do campo de estudo ocorreu por volta de 1950, com diversas publicações sobre o tema, sendo a principal delas o lançamento do livro *Political Socialization*, em 1959, por Herbert Hyman, que foi responsável por nomear a área de pesquisa.

Após passar por uma fase inicial que muito se centrava no estudo da infância, das atitudes e percepções das crianças, ocorreu em seguida um declínio de interesse no tema por parte dos pesquisadores, pois alguns problemas de origem metodológica e conceitual foram encontrados nos estudos da época. Em razão disso, houve uma mudança no entendimento dos estudiosos e diferentes aspectos da vida do indivíduo passaram a ser considerados como fundamentais no processo de socialização. A própria estruturação do conceito de socialização política reflete a mudança de perspectiva nos estudos recentes. Para os pesquisadores, a socialização política é um processo de formação e de aprendizagem política e social que ocorre de forma contínua, onde as experiências históricas e contextuais vivenciadas por cada indivíduo influenciam o decurso do aprendizado. Essa socialização ocorre através das agências socializadoras, que são as instituições sociais que mais dialogam com os indivíduos no decorrer da vida de cada um. Historicamente, a família e a escola são as que possuem um papel de maior importância, mas estudos recentes vêm demonstrando o surgimento de novas agências, além de uma reestruturação na relação de relevância entre as agências tradicionais. As agências são responsáveis por transmitir os valores políticos e cívicos da sociedade, e por promover o desenvolvimento de atitudes participativas e de habilidades pessoais que, posteriormente, podem se converter em uma participação efetiva no sistema político por parte desses cidadãos.

A análise do processo de socialização política proporciona um entendimento das características participativas da população. Nas últimas décadas, os estudos sobre a participação política, preocupados com a suposta taxa de declínio da participação entre a população mais jovem, voltaram-se à análise do processo socializador como um mecanismo

capaz de explicar a situação contemporânea. Os achados corroboram os postulados da teoria da socialização política, que determinam que o aprendizado inicial possui influência sobre as atitudes posteriores. Entretanto, as diferenças ocorridas no processo de socialização dos indivíduos ainda apresentam barreiras para a participação.

No século XXI, a emergência de novos agentes socializadores no nível macro, e a reestruturação dos agentes do nível micro, levantam novos desafios para os pesquisadores. Para entender o processo de formação política dos cidadãos de diferentes etnias, de imigrantes e dos jovens de distintos estratos sociais, as pesquisas precisam considerar que uma nova relação de importância entre os agentes vem sendo estabelecida. Além disso, é necessário compreender que o estímulo ao envolvimento cívico e político desses indivíduos ocorre através de alguns agentes específicos, em determinados contextos sociais, em detrimento de outros. A socialização de imigrantes, por exemplo, ocorre de maneira bastante distinta do que a socialização dos cidadãos nativos. Já a participação em atividades voluntárias tem se demonstrado eficaz em romper com determinismos sociais ou falhas na socialização política em outras esferas. Considerar a importância de tais características no desenvolvimento de pesquisas representativas em países de regimes democráticos, cuja população é composta de indivíduos com qualidades distintas daquelas tradicionalmente observadas nos estudos anteriores, tem sido o desafio da reestruturação dos estudos de socialização política.

1. SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

1.1. Um breve histórico sobre o tema

Os estudos de socialização política surgiram de teorias que buscavam definir as condições necessárias para a manutenção da responsabilidade cívica em um regime político. Inicialmente, as pesquisas baseavam-se em estudos sobre o envolvimento cívico entre os jovens, focando mais especificamente na relação entre educação e cidadania, pois o declínio do envolvimento dessa população com questões políticas preocupava os teóricos norte-americanos. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os cientistas políticos passaram a dar nova atenção ao tema, fazendo surgir o campo de estudo da socialização política. (DUDLEY e GITELSON, 2003)

O estudo contínuo e propriamente dito da socialização política começou no final da década de 1950, com a publicação um tanto quanto simultânea de três estudos. Em 1959, Herbert Hyman publicou o livro *Political Socialization*, cujo foco estava no processo pelo qual as instituições sociais internalizam valores políticos nos jovens. Sua publicação, além de dar um nome à área de estudo¹, é considerada uma revisão de toda a literatura anterior que tratava sobre o tema. Os outros dois estudos, por sua vez, ocorreram sobre a direção de Easton e Hess, na Universidade de Chicago, e de Greenstein, em Yale. Esses estudos tratavam sobre a idealização das ideias políticas das crianças, e tinham como foco a identificação do caminho de desenvolvimento das atitudes políticas no decorrer dos anos escolares elementares. Os dois estudos guiaram boa parte das pesquisas sobre o tema nas décadas de 1960 e 1970. (NIEMI e SOBIESZEK, 1977)

A partir disso, o tema atraiu a atenção de diversos cientistas políticos, que consideravam a socialização política como um componente da estrutura social, e também de pesquisadores que recorreram a teorias psicológicas para analisar o assunto, passando inicialmente por uma análise freudiana sobre a importância dos acontecimentos da infância, ao analisar as atitudes das crianças em relação a autoridades políticas, chegando aos modelos de associação condicionante e até às teorias cognitivas. (DUDLEY e GITELSON, 2003)

¹ O termo “socialização política” foi utilizado pela primeira vez em 1954, por Seymour Lipset, mas foi Hyman que o utilizou de forma a nomear o campo de pesquisa. (SCHIMIDT, 2000)

Nas primeiras décadas de estudos, as pesquisas sobre socialização política centravam-se nas atitudes e percepções das crianças sobre abstrações políticas e seus agentes relacionados. Pesquisas sobre como as crianças entendiam os presidentes, suas orientações sobre partidos políticos e seu senso de nacionalidade, dentre outros, marcaram a década de 1960 e 1970. O estudo da infância era tido como fundamental para compreender as atitudes do indivíduo quando adulto. (DUDLEY e GITELSON, 2003)

No início da década de 1970, os trabalhos sobre o tema se expandiram e moveram-se em diversas direções, a fim de preencher as lacunas que os estudos anteriores haviam deixado. Primeiro, os pesquisadores começaram a examinar subgrupos da população americana, especialmente aqueles que tendem a manter atitudes diferentes da classe média branca. Estes estudos analisaram as diferenças no nível de confiança política entre negros e brancos, por exemplo, e também estudaram as percepções das crianças latino-americanas. Em segundo lugar, houve uma expressiva expansão internacional dos estudos sobre socialização política, com trabalhos realizados em diversas partes do mundo. (NIEMI e SOBIESZEK, 1977)

Já no final da década de 1970 e início da década de 1980, o número de pesquisas sobre socialização política declinou significativamente, e os estudos com crianças menores do que aquelas que se encontravam no ensino médio praticamente desapareceram dos periódicos. Esse declínio é muitas vezes atribuído aos problemas metodológicos encontrados no uso de instrumentos de *surveys* nas pesquisas. Diversos pesquisadores começaram a questionar a validade da aplicação de *surveys* às crianças, uma vez que as respostas dadas por estas eram carregadas de instabilidade e de um desejo por parte das crianças de responderem o que era socialmente adequado. Entretanto, para Cook (*apud* DUDLEY e GITELSON, 2003), a grande causa do declínio estava na falha que os pesquisadores cometiam em não levar em consideração questões fundamentais de cognição. Uma vez que o amadurecimento da capacidade cognitiva do indivíduo ocorre desde o período da infância até a idade adulta, uma criança que não consegue fazer uma avaliação efetiva de determinado conteúdo não está apenas limitada pela complexidade deste, mas também pelo estágio de desenvolvimento cognitivo em que ela se encontra. (SCHMIDT, 2000)

Entre 1980 e 1990, os estudos moveram-se ainda em outra direção, que pontua uma grande mudança no campo de socialização política. Primeiramente, houve grande atenção redirecionada à vida adulta, de forma que se passou a considerar que mudanças

substanciais no desenvolvimento podem ocorrer nessa etapa, em contraposição ao pensamento anterior que acreditava que as mudanças ocorridas na vida adulta não eram significativas. Em segundo lugar, passou-se a considerar os períodos e ciclos de vida, bem como os efeitos geracionais, como fatores importantes no processo de socialização, assim como os eventos e as condições ambientais também são aspectos relevantes neste processo que não podem ser desconsiderados. (NIEMI e SOBIESZEK, 1977)

Na Europa, a tradição de pesquisa sobre o tema ocorreu de forma menos expressiva, tendo como referência os estudos na França de Annick Percheron e Charles Roig, na década de 1960. Foi por volta do início da década de 1990 que os estudos voltaram a ser disseminados por outros países do continente. (SCHMIDT, 2000) Já no Brasil, por sua vez, os estudos sobre socialização começaram a ter mais expressão no início da década de 1980, e ganharam força e notoriedade na década de 1990, com pesquisas sobre as atitudes políticas dos jovens no contexto de redemocratização.

1.2 Definição

O processo de socialização política está intimamente relacionado a um aspecto subjetivo da própria política, denominado como *cultura política*. Segundo Almond e Verba (*apud* RIBEIRO e FARINA, 2004), a cultura política constitui um conjunto de orientações políticas subjetivas que são relevantes para explicar os padrões de comportamento político desenvolvidos nos sistemas democráticos. De acordo com Schmidt (2000), a estabilidade de um sistema político está relacionada à presença de uma cultura política que dá legitimidade ao sistema e, especialmente em regimes democráticos, marcados pelo papel predominante do consenso, a presença de uma cultura democrática é fundamental para a manutenção do sistema. Para o autor, sem a consolidação de uma cultura democrática não há consolidação da democracia. Portanto, os valores e normas que legitimam o sistema e promovem a aceitação voluntária das autoridades políticas caracterizam a cultura política de um país. Já o processo que leva à internalização dessas características, por sua vez, é o da socialização política, objeto de estudo deste trabalho.

O termo *socialização política* foi definido por Easton e Dennis (*apud* SCHMIDT, 2000) como “processos de desenvolvimento através dos quais os indivíduos adquirem orientações políticas e padrões de comportamento.” Na literatura nacional, Baquero (*apud* RIBEIRO e FARINA, 2004) define o termo como um conjunto de experiências que, no

processo de formação social do indivíduo, influenciam a definição tanto do seu papel como ator no sistema político, quanto das crenças que ele desenvolve em relação às instituições. Em outras palavras, a socialização política é a internalização de valores, atitudes, normas e crenças, presentes na cultura política da sociedade. (ROBALLO, 2010) A socialização é um processo de formação e aprendizagem social que ocorre de forma contínua, ou seja, as experiências sociais vivenciadas em espaços distintos, tais como a família, a escola e outras instituições, são responsáveis por formar e alterar os padrões de atitudes e de comportamentos no decorrer da vida do indivíduo.

Inicialmente, algumas etapas do processo de socialização foram consideradas por certos autores como mais significativas do que outras. O *princípio de primazia*² (SEARING et al., 1976) considera que as lições aprendidas na primeira infância moldam as atitudes e comportamentos dos indivíduos à medida em que eles envelhecem. Este princípio estabelece três pressupostos acerca das orientações políticas: a) determina que estas orientações são aprendidas durante a infância; b) estabelece que o aprendizado da infância molda qualquer modificação subsequente à elas; e, c) diz que a escala de qualquer modificação subsequente é pequena, uma vez que as orientações políticas fundamentais tendem a permanecer no decorrer da vida. Os pesquisadores das primeiras décadas baseavam seus estudos neste princípio, e as pesquisas da época centravam-se em crianças mais jovens, que cursavam o ensino fundamental. É este o caso das pesquisas de Hyman (1959), que o fizeram concluir que as atitudes políticas - tais como a participação e a orientação política, e o desenvolvimento de tendências autoritárias ou democráticas – têm uma origem nos primeiros estágios de desenvolvimento, sendo algumas delas mais consolidadas na fase infantil do que outras, como é o caso da identificação partidária.

As pesquisas de Easton e Dennis foram fundamentais para solidificar a ideia de que a socialização infantil é decisiva para o amadurecimento político do indivíduo. Para os autores, as crianças têm experiências e opiniões sobre diversos aspectos do sistema político antes mesmo de entrarem no período escolar. (SCHMIDT, 2000) De um modo geral, elas se identificam com o seu país, desenvolvem um sentimento de apego aos símbolos sociais e políticos mais básicos e de maior visibilidade, se consideram membros de igrejas ou até mesmo de famílias políticas, e tendem a transferir os sentimentos positivos acerca dos pais para o presidente ou outras figuras públicas. (OPPO, 2000)

² No original: *primacy principle*.

De acordo com Schmidt (2000), um modelo de socialização pode ser inferido dos estudos de Easton e Dennis. Este modelo estabelece quatro estágios: a politização, que é uma sensibilização geral à política, de forma que a criança tem consciência de que existe uma autoridade externa que requer obediência; a personalização, onde o contato com o sistema político se dá através de figuras de autoridade, geralmente representadas na figura do presidente ou de policiais; a idealização da autoridade, no qual esta pode ser vista como confiável ou não; e, por fim, a institucionalização, no qual as crianças passam a assimilar os conceitos de objetos impessoais do sistema político, tais como o Governo e o Congresso. (SCHMIDT, 2000) Este modelo é fortemente centrado no papel da socialização infantil e estabelece que, ainda que essa aprendizagem inicial se caracterize pela presença de forte poder emotivo e de uma identificação de caráter afetivo, o conteúdo aprendido nessa fase será utilizado como referência para a construção de orientações e identificações políticas posteriores.

Conforme o campo de estudo foi amadurecendo, a confiança no princípio de primazia e no modelo de socialização de Easton e Dennis obtiveram considerável queda. De acordo com Annick Percheron (SCHMIDT, 2000), a socialização é um processo permanente e não se pode estabelecer uma relação de continuidade entre atitudes infantis e adultas. Segundo a autora, tanto as mudanças que ocorrem na adolescência, isto é, de uma ruptura com o mundo infantil e um primeiro contato com o mundo adulto, quanto as condições sociais ou geográficas diversas podem modificar as atitudes estabelecidas na primeira etapa do desenvolvimento. (SCHMIDT, 2000) As pesquisas com adolescentes, iniciadas com Jennings e Niemi na década de 1970, nos Estados Unidos, apontam para a direção enfatizada por Percheron, de forma que os pesquisadores concluíram que a socialização política dos jovens adultos é um fenômeno interativo entre o individual e o social. (JENNINGS e NIEMI, 1968)

A teoria de desenvolvimento cognitivo do psicólogo Lev Vigotsky, referência nos estudos de socialização política, também reforça a posição de Percheron. O autor considera que o processo cognitivo deve ser compreendido à luz das condições históricas e sociais, e também da evolução social, uma vez que essas condições determinam as características da experiência individual. (SCHMIDT, 2000) Portanto, em outras palavras, não é possível compreender o desenvolvimento da personalidade política de cada indivíduo sem considerar o impacto dos processos e eventos históricos vivenciados por ele.

A adolescência é, então, segundo os estudiosos da socialização política, um período decisivo na formação do indivíduo, onde as qualidades fundamentais do sujeito político adulto são delineadas. Aspectos psicológicos relacionados ao cinismo ou à confiança política, à aceitação ou à rejeição do sistema político e dos códigos de comportamento, são desenvolvidos na adolescência, de forma que é esse período, portanto, que determina se o comportamento do indivíduo adulto será de participação, renúncia ou rejeição da dimensão política.

No período do final da adolescência e início da vida adulta é onde, geralmente, o indivíduo se posiciona explicitamente em relação aos representantes políticos e às suas decisões, e também em relação ao sistema político. Todavia, como já mencionado, o conteúdo e a forma desse posicionamento está marcado pelas experiências anteriores da infância e da adolescência. O que ocorre, portanto, é que não são somente os valores internalizados pelas crianças que determinam as suas atitudes quando adultos, e sim a combinação entre esses valores e as experiências pessoais que afetam e influenciam as atitudes ao longo da vida. (RIBEIRO e FARINA, 2004)

A partir disto, e do entendimento do processo de socialização política como contínuo, influenciado pelo coletivo, pelo conteúdo social, histórico e geográfico, pode-se entender a socialização política como caracterizada em dois tipos: a primária, que ocorre no âmbito familiar durante o período da infância, e que exerce uma grande influência no desenvolvimento político do indivíduo; e a secundária, composta por todo o processo subsequente, que se consolida com a inserção do indivíduo em outros setores da sociedade. Em casos de eventos de profunda transformação, como previsto por Percheron, pode-se falar ainda de uma ressocialização. (SCHIMDT, 2000) O que ocorre neste caso é uma ruptura com o aprendizado adquirido na socialização primária, de forma que o indivíduo passa a reinterpretar os fatos a partir da substituição das experiências anteriores, ou seja, ocorre uma reconstrução da realidade. (ROBALLO, 2010)

Quando se trata de explicar o processo de internalização dos valores, existe ainda outra divisão do conceito de socialização política, de modo que as expressões “socialização latente” e “socialização manifesta” são utilizadas para diferenciar a formação de atitudes baseadas nos tipos de transmissão de orientações políticas. (ROBALLO, 2010) Socialização latente caracteriza a transmissão de orientações de modo difuso e não programado. Este modo de socialização ocorre principalmente na infância e sob influência primária da família, mas

também pode ocorrer através de outras instituições e grupos sociais. Socialização manifesta, por sua vez, constitui um modo de transmissão explícito de orientações políticas, e ocorre através das diversas agências de socialização da sociedade. Assim, à medida que o indivíduo é inserido na sociedade, a influência da socialização latente tende a declinar, enquanto a socialização manifesta passa a desempenhar um papel maior na vida do indivíduo.

Os estudos sobre socialização manifesta geralmente são relacionados à educação para a política, e são encontrados na literatura sob a denominação de educação cívica. Estes estudos enfatizam a necessidade de uma educação para a cidadania em regimes democráticos, uma vez que não há uma transmissão automática destes valores. (SCHMIDT, 2000) Escolas e outros tipos de instituições vêm ofertando, ao longo do tempo, disciplinas de educação cívica, a fim de fortalecer as atitudes democráticas. O papel destas instituições no desenvolvimento de ambientes propícios ao debate, à participação, à inclusão e à manifestação de valores democráticos, é fundamental, tal como a família em primeira instância, no processo de socialização política do indivíduo e no desenvolvimento das atitudes políticas do jovem adulto.

1.3 As agências socializadoras

A definição de socialização política como um processo de desenvolvimento e de aprendizado contínuo na vida de um indivíduo leva em consideração, também, as diversas agências socializadoras que atuam nesse processo, em contextos diferentes e em intensidades também diferentes, dependendo do meio em que ele está inserido.

As agências mais estudadas pela literatura são a família, a escola, a igreja, os movimentos sociais e a mídia, dentre outras. Os primeiros estudos sobre socialização política enfatizavam o papel da família nesse processo, de forma que ela foi considerada como o principal mecanismo de transmissão de valores políticos dos pais para os filhos. Posteriormente, com os estudos de Jennings e Niemi na década de 1970, passou-se a considerar que pais e filhos compartilham de forma mais sólida apenas algumas preferências, tais como as partidárias e as de candidatos. (NIEMI e SOBIESZEK, 1977) Além disso, alguns pesquisadores perceberam que outros fatores podem relativizar a importância da família como principal agência socializadora. Todavia, como esta é a primeira agência com a qual o indivíduo tem contato enquanto criança, entender o seu papel no processo de formação política é fundamental para a compreensão do mecanismo de socialização do indivíduo.

A escola é entendida como um segundo espaço social privilegiado, uma vez que trabalha sobre os valores internalizados no contexto familiar e é responsável por transmitir informações acerca do sistema político. É nesse espaço, em geral, que os incentivos à participação política ocorrem de forma mais intensificada, uma vez que o desenvolvimento cívico do indivíduo é estimulado mais sistematicamente dentro deste ambiente. (RIBEIRO e FARINA, 2004)

As outras agências, em geral, adquirem um papel secundário no processo de socialização política, mas deve-se ressaltar que, caso alguma das instituições primárias não ofereçam condições necessárias para o desenvolvimento das atitudes políticas nos indivíduos, estas agências podem assumir um papel fundamental no processo. Assim, os amigos, os líderes religiosos ou de movimentos sindicais, dentre outros, podem adquirir mais credibilidade como transmissores de atitudes políticas do que os agentes tradicionais em determinadas situações.

1.3.1 A família

Segundo Robert Dahl (*apud* RIBEIRO e FARINA, 2004), as atitudes acerca dos objetos políticos são adquiridas nas primeiras duas décadas de vida, de forma que, após esse período, os indivíduos tendem a demonstrar uma visão mais consolidada sobre o mundo político, e as suas atitudes se tornam mais estáveis e menos favoráveis a mudanças. A família, como primeira agência socializadora, tem, então, um papel fundamental na transmissão de valores e de atitudes políticas, principalmente no contexto de uma democracia. Nesse caso, ela é responsável por incentivar o aprendizado de atitudes democráticas dentro do contexto do lar, o que é entendido como uma preparação prévia para a inserção destes indivíduos no sistema político. (MERELMAN, 1980) O modelo de transferência interpessoal, da literatura sobre socialização, pode ser utilizado para caracterizar esse aspecto do papel de influência da família como agência socializadora, uma vez que determina que as experiências vivenciadas nas relações familiares - tais como a dinâmica da família, a ênfase na obediência, e o encorajamento a um ambiente de discussão e participação - são generalizadas, posteriormente, para os objetos políticos. (VERBA et al., 2003)

O papel socializador da família não se limita, entretanto, ao de fornecer uma base para a educação cívica. As pesquisas sobre o tema têm demonstrado que essa agência realiza antes de tudo uma socialização latente, onde os valores políticos transmitidos nesse ambiente

são passados de forma difusa e não intencional. De acordo com essas pesquisas, aspectos como a identificação partidária, a orientação ideológica e o relacionamento com as figuras de autoridade tendem a ser transmitidos no ambiente familiar. No Brasil, estudos demonstram que a família continua sendo a instituição mais confiável e que os pais ainda são os referenciais fundamentais na vida das crianças e dos jovens. (SCHMIDT, 2000)

Pesquisas recentes revelaram a existência de alguns fatores que podem influenciar a transmissão de atitudes. O padrão de transmissão mais comum, descrito acima, tende a ocorrer em famílias nucleares típicas, compostas por pai, mãe e filhos. Entretanto, segundo Hyman (1959), até mesmo esse tipo de família não costuma agir de forma unitária, uma vez que podem existir diferenças de atitudes entre pais e mães. Quando as orientações políticas dos progenitores convergem, há um reforço no caráter socializador e os filhos tendem a reproduzir mais facilmente a visão política destes, mas quando as orientações são divergentes, o potencial socializador diminui. A criança, então, recebe uma variedade de influências políticas no contexto intrafamiliar, e há uma abertura para a atuação de outras agências socializadoras.

A afinidade entre pais e filhos também influencia a transmissão de valores. Jennings e Niemi (1968) demonstraram que diferenças ideológicas são maiores quando há um distanciamento emocional. Isso é geralmente explicado pelo fato de que pouca confiança e intimidade levam a um distanciamento entre pais e filhos em diversas áreas. Dessa forma, o nível de aceitação das atitudes políticas pode ser maior ou menor dependendo do grau de prestígio que o emissor possui diante do receptor. (RIBEIRO e FARINA, 2004) Em outras palavras, as relações conflituosas no ambiente familiar diminuem a motivação por parte das crianças para adotar aquilo que está sendo passado a elas. O mesmo ocorre na dimensão de controle no relacionamento de pais e filhos, pois quando a disciplina parental é entendida como de superproteção ou de um afrouxamento excessivo, o nível de interesse do indivíduo sobre as orientações políticas dos pais tende a diminuir. Estudos sugerem, por exemplo, que a superproteção parental leva à desconfiança e ao desafeto político. (NIEMI e SOBIESZEK, 1977)

Ainda em relação ao nível de controle parental, alguns estudos demonstraram que as crianças de famílias maternas são mais autoritárias e menos politicamente interessadas do que aquelas de famílias nucleares. (NIEMI e SOBIESZEK, 1977) Esse nível de controle parental tem sido objeto de estudo da psicologia desenvolvimental, e, de acordo com

Baumrind (*apud* MURRAY e MULVANEY, 2012), existem três principais tipos de relações entre pais e filhos. De forma resumida, estes tipos são: pais permissivos, que mantêm um baixo nível de controle do comportamento infantil, mas apresentam um ambiente de afetividade positiva, ainda que com baixas expectativas em relação ao comportamento da criança; pais autoritários, que apresentam alto nível de controle, disciplina estrita e afetividade negativa, além de estabelecerem altas demandas, com um nível de comunicação limitado, e de terem a punição para o descumprimento de ordens como algo comum; e pais autorizativos, onde existe um controle firme, mas flexível, com positiva afinidade e estímulo ao desenvolvimento da autonomia da criança – também apresentam demandas, mas o nível de comunicação é elevado, e a punição no caso de descumprimento de ordens é substituída pelo cuidado e advertida através do diálogo. Este último tipo tem sido associado a um desenvolvimento positivo, observado através de um comportamento mais bem ajustado e uma saúde mental melhor. (MURRAY e MULVANEY, 2012) No âmbito da socialização política, foi observado que nesse tipo de relacionamento as crianças tendem a utilizar os pais como modelos em um nível maior do que o presente em cenários autoritários ou extremamente permissivos. (JENNINGS e NIEMI, 1968)

Outros estudos evidenciaram ainda a influência de características raciais e de gênero no processo de transmissão de valores. Pesquisas que consideraram famílias negras, por exemplo, demonstraram que crianças que crescem sem o pai tendem a ser mais cínicas em relação à política do que aquelas que tiveram a presença de ambos os pais. Além disso, apesar da consideração que a literatura faz sobre o fato de que as mulheres ainda são menos politizadas do que os homens em muitos casos, alguns estudos revelaram que as mães são tão importantes quanto os pais no processo de transmissão de valores políticos, e em algumas vezes são consideradas agentes de transmissão ainda mais eficientes do que eles. (NIEMI e SOBIESZEK, 1977) Isso pode ocorrer devido ao maior tempo de interação entre mães e filhos, uma vez que a intensidade com que o sujeito fica submetido à determinada visão política influencia a sua absorção da visão em questão. (RIBEIRO e FARINA, 2004)

Um último aspecto que influencia a transmissão de valores está relacionado à condição socioeconômica dos pais. As pesquisas demonstraram que crianças e adolescentes de uma condição socioeconômica mais elevada, ou cujos pais apresentam um nível maior de educação formal, possuem um melhor entendimento sobre a vida política, além de serem mais interessados politicamente, mais tolerantes e mais ativos politicamente. (VERBA et al., 2003) De modo geral, este aspecto conecta duas agências socializadoras: a família e a escola, uma

vez que uma condição socioeconômica melhor tende a ter relação com um nível de educação mais elevado. A seguir, algumas considerações sobre essa agência.

1.3.2 A escola

A escola pode ser considerada a agência responsável pela transmissão de atitudes políticas de forma intencional. É nesse ambiente que as crianças tendem a aprender mais sobre o sistema político e a ter as suas atitudes democráticas fortalecidas. O ensino cívico é de fundamental importância para o desenvolvimento de futuros atores políticos, e a experiência adquirida nesse ambiente pode fortalecer ou enfraquecer atitudes previamente adquiridas no contexto familiar, tais como a relação com as figuras de autoridade, ou a participação em questões políticas, de forma geral. Os anos escolares também proporcionam a convivência com colegas e professores que podem apresentar uma visão política distinta daquela aprendida no ambiente familiar. O contato com essas novas realidades tende a influenciar de grande maneira o desenvolvimento político do indivíduo, moldando as lições aprendidas na infância e inserindo novas variáveis no modo de perceber e entender o mundo político.

A socialização política é mensurada através de cinco principais índices: eficácia política, que é compreendida como a habilidade de entender o governo e de se sentir capaz de alterá-lo; a confiança política, que se refere ao sentimento que uma pessoa desenvolve em relação ao governo e seus representantes; o dever cidadão, delineado como o senso de obrigação em relação ao governo, geralmente expresso na forma do voto em períodos eleitorais; a expectativa de participação política, que se refere ao envolvimento esperado ou efetivo em atividades políticas, tais como discussões ou debates; e o conhecimento político, relacionado ao entendimento cognitivo que uma pessoa tem sobre o funcionamento do sistema político e a sua capacidade de avaliar criticamente a eficácia dele. (MASSIALAS, 1970) O papel das escolas, portanto, seria o de desenvolver e aprimorar esses índices através da educação cívica. Levando em consideração que a escola é o cenário público onde os jovens passam a maior parte do tempo entre os 6 e 17 anos, os professores seriam responsáveis, então, por influenciar o conhecimento, as atitudes e o comportamento cívico destes indivíduos, superando até mesmo algumas barreiras que as diferenças socioeconômicas podem impor. (TORNEY-PURTA, 2002)

Os primeiros estudos sobre socialização política procuravam entender como o aprendizado político nos primeiros anos da vida escolar influenciava a formação das atitudes

políticas das crianças. Posteriormente, alguns pesquisadores demonstraram que o ensino de conteúdo político para indivíduos tão jovens não era de grande relevância no processo de desenvolvimento político. Estudos sobre socialização apontaram que, de modo geral, as crianças só desenvolvem a habilidade de pensar de forma abstrata entre os 11 e 13 anos de idade, o que faz com que o ensino de instituições e princípios políticos seja dificultado em crianças mais novas. É necessário, então, que o indivíduo tenha desenvolvido uma consciência cognitiva para que ele possa compreender certas questões políticas, o que geralmente ocorre no período em que ele está finalizando o ensino fundamental e iniciando o ensino médio. (NIEMI e SOBIESZEK, 1977)

A partir disso, diversas pesquisas com adolescentes tentaram mensurar o impacto do aprendizado político na formação das atitudes políticas. Os resultados encontrados variam bastante, passando pela conclusão de que os cursos cívicos possuem significativa influência sobre algumas atitudes políticas, mas não sobre outras, ou que influenciam o conhecimento e a habilidade política, mas não as atitudes políticas, e chegando até mesmo ao entendimento de que esses cursos não agem de forma alguma sobre a percepção dos estudantes. Entretanto, estudos recentes, realizados na década de 1990, obtiveram resultados bastante favoráveis em relação ao ensino cívico para esses jovens indivíduos.

Por volta de 1990, um consórcio de institutos de pesquisas de mais de 50 países, definido como a *International Association for the Evaluation of Educational Achievement (IEA)*, começou a organizar um estudo de educação cívica que seria conduzido em duas fases. A primeira fase consistiu na produção de estudos de casos, onde especialistas dos países participantes foram entrevistados para determinar o que a média de estudantes de 14 anos deveria saber sobre questões relacionadas a leis, produção de leis, instituições ou sobre a natureza dos problemas da comunidade. Esse processo identificou um núcleo comum de expectativas para o conteúdo do aprendizado estudantil entre os países, e também determinou a importância do envolvimento político. Ao todo, 24 países participaram dos estudos de casos e os resultados foram publicados pela IEA.

A segunda fase consistiu no desenvolvimento e na aplicação do teste, que era composto por: questões sobre conhecimento cívico e a habilidade de interpretar informações relacionadas; um *survey* de conceitos, atitudes e comportamentos; e questões de fundo sobre os recursos familiares educacionais, os anos esperados de educação futura e a participação em organizações e associações. Ainda, havia um questionário para a escola e um para os

professores. Ao todo, 90 mil estudantes de uma média de 14 anos foram entrevistados em 28 países, que apresentavam uma grande variedade de contextos econômicos, políticos e culturais.

Judith Torney-Purta (2002) resumiu os resultados encontrados em um artigo que procurou determinar a importância das escolas no desenvolvimento cívico dos adolescentes. De acordo com a autora, os estudos demonstraram que entre os 13 e 14 anos, os estudantes já possuem uma noção de aspectos importantes de uma democracia – consideram, por exemplo, que eleições livres e a oportunidade de expressar a opinião sem medo de represália são fortalecedores da democracia, enquanto tribunais influenciados por políticos e uma imprensa limitada são fatores que a enfraquecem – e têm atitudes em relação ao governo que se assemelham àquelas dos adultos em suas sociedades – os baixos índices de confiança política encontrados entre os jovens de 14 anos nos países que têm menos de 40 anos de democracia contínua são praticamente idênticos aos encontrados nos adultos de mais de 30 países em situação semelhante. A grande diferença, então, observada entre os adolescentes de 14 anos e os jovens adultos consiste no fato de que estes últimos apresentam um entendimento mais estruturado dos conceitos democráticos, o que deve ser resultado de um amadurecimento da capacidade cognitiva. Entretanto, a autora enfatiza que os adolescentes do estudo já estão prontos para estudarem a democracia e o governo de uma forma mais intensa do que vem ocorrendo nos contextos escolares.

Os estudos demonstraram ainda que existe uma relação entre o status socioeconômico e educacional e o nível de conhecimento cívico. Diversos pesquisadores já haviam demonstrado que adultos com um status social mais elevado, e com maior nível de educação, possuem mais conhecimento político do que aqueles menos privilegiados. Na análise de Torney-Purta (2002), jovens que possuíam baixos recursos educacionais em casa, que frequentavam escolas de baixa renda, e que não planejavam prolongar os anos de estudos – nesse caso, expresso pela vontade de frequentar uma faculdade –, também apresentaram baixos níveis de conhecimento e, conseqüentemente, uma menor tendência de participar em um contexto eleitoral. Ainda, o baixo status socioeconômico tende a estar associado a poucas oportunidades de participação e de discussão. Essas variáveis influenciadas pelo status socioeconômico são problemáticas, pois, segundo a autora, atravessam a área do conhecimento cívico e demonstram uma falha no papel das escolas em preparar os estudantes para o exercício da cidadania. Além disso, as respostas dos estudantes também indicaram que as eleições e a participação através do voto são pouco enfatizadas nos currículos escolares, o

que tende a se converter em um problema relacionado à baixa intenção de voto por parte destes alunos. (TORNEY-PURTA, 2002)

Em relação ao ambiente da sala de aula, os resultados encontrados revelaram que o debate ainda é pouco frequente em diversos países e, mesmo naqueles onde ele é estimulado, assuntos controversos raramente são tópicos de discussão. Idealmente, a sala de aula deveria fornecer um ambiente seguro para que os estudantes debatessem todo tipo de assunto, desde os mais triviais até os mais controversos, podendo discordar de forma respeitosa um dos outros e também dos professores. O aprendizado através da prática da discussão é um importante aspecto da experiência educacional, de acordo com os resultados da IEA, mas tal prática não tem sido incentivada nas atividades escolares. (TORNEY-PURTA, 2002)

A participação em conselhos escolares e o senso de eficácia coletiva também se revelou um bom índice para determinar o conhecimento cívico em quase metade dos países presentes no estudo. Esse aspecto já havia sido demonstrado em pesquisas anteriores que consideraram que estudantes envolvidos em organizações escolares tendem a ser adultos mais envolvidos civicamente, sejam em questões de voluntariado ou em atividades comunitárias, dentre outras. A participação em organizações escolares é considerada, portanto, um período de treinamento para um envolvimento cívico posterior. (ANDOLINA et al., 2003)

Pode-se concluir, então, que a escola possui um papel fundamental tanto na manutenção de atitudes políticas pré-concebidas, como na transmissão de novos valores e novos conhecimentos acerca do sistema democrático, além de ser uma importante agência de educação cívica. Entretanto, a estrutura curricular dos cursos de ensino médio tem falhado em transmitir o conteúdo político propriamente dito, e a sala de aula não tem fornecido um ambiente seguro e encorajador, capaz de estimular a discussão e o envolvimento cívico e político dos jovens, o que pode influenciar diretamente no modo como ele se portará em relação à participação política no futuro.

O processo de socialização política possui, em sua essência, um caráter educador que é fundamental para a formação de cidadãos qualificados a participar do sistema político. Entretanto, o próprio ato de participar também possui uma função educadora, além de ser responsável por promover a integração do indivíduo a sua comunidade, tornando-o um cidadão de espírito público. Por ser um importante mecanismo que atua tanto reforçando o conteúdo aprendido anteriormente, como também efetivando a educação através de processos

políticos democráticos, o estudo da participação política se faz necessário para a compreensão dos condicionantes do comportamento político dos indivíduos. O próximo capítulo faz algumas considerações acerca deste tema.

2. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A participação política em sistemas democráticos é encontrada na literatura em escritos bem anteriores do que os referentes à socialização política. Grandes teóricos políticos já haviam demonstrado a importância da participação no processo político, enfatizando que, além de ser responsável pela manutenção do sistema político, ela possui um caráter educador e também psicológico sobre o indivíduo. Posteriormente, com o surgimento do campo de estudo da socialização política, os estudos sobre participação passaram a ser analisados sob a ótica da eficácia das agências socializadoras no processo de educação cívica. O indivíduo era e é o objeto de estudo, e o que diferencia as duas abordagens é que, inicialmente, a preocupação estava em entender os efeitos da participação sobre o indivíduo, enquanto nos estudos mais recentes, o enfoque está no processo de socialização que leva à participação.

Carole Pateman (1992), em *Participação e Teoria Democrática*, dedicou um capítulo à explicação da Teoria Participativa da Democracia de acordo com o entendimento dos teóricos políticos Jean-Jacques Rousseau, John Stuart Mill e George Dowglas Howard Cole. Segundo Pateman, a teoria da democracia participativa entende que os indivíduos e as instituições não podem ser considerados isoladamente, e que a principal função da participação é a de educar os indivíduos, além de possuir um efeito integrativo e de auxiliar a aceitação de decisões políticas visando o bem comum da comunidade.

Rousseau é considerado o grande teórico da participação. É na sua teoria que a participação adquire primeiramente o caráter educador sobre o indivíduo, levando-o a interagir de maneira ideal tanto com a sua comunidade quanto com as instituições do sistema político. Segundo Rousseau, a participação acontece no processo de tomada de decisões, e constitui uma maneira de assegurar o bom governo ao mesmo tempo em que protege os interesses privados. O processo participativo é o responsável por gerar uma ação consciente, social e política de cada indivíduo, e o sistema participativo é, de acordo com o autor, autossustentável porque o próprio processo de participação desenvolve as qualidades exigidas de cada cidadão para a manutenção do sistema, ou seja, quanto mais o indivíduo participa, mais apto ele se torna para fazê-lo. Essa seria a primeira função da participação, isto é, de qualificar o indivíduo como cidadão. Rousseau aponta, então, outras duas funções da participação: a de controle e a de integração. No primeiro caso, o autor determina que quanto mais o indivíduo está presente no processo de tomada de decisão, mais controle ele tem sobre

o decorrer da sua vida e do meio em que está inserido³. A consequência imediata deste controle é que há um aumento no grau de liberdade efetiva do indivíduo, possibilitando-o a ser seu próprio senhor. A função de integração, por sua vez, fornece a sensação de pertencimento de cada cidadão à sua comunidade. Nesse caso, no processo de participação, a complexidade de ações e seus possíveis resultados leva o indivíduo a se integrar com o seu meio e, conseqüentemente, a agir para transformá-lo em uma comunidade. O indivíduo, então, precisa pensar tanto em suas demandas privadas como públicas, e é esse aspecto que o constitui como cidadão. (PATEMAN, 1992)

Em Rousseau, portanto, a participação política tem uma clara função que é a de seu caráter educador. John Stuart Mill, por sua vez, reforça a posição de Rousseau e acrescenta importantes considerações acerca da qualidade das instituições, bem como da necessidade de estímulo à participação nas diferentes esferas de governo.

De acordo com Mill, são as instituições que possuem, acima de tudo, um caráter educador. As qualidades de um bom cidadão, isto é, de um indivíduo ativo politicamente e de espírito público, só podem ser desenvolvidas onde as instituições forem do tipo participativas. Entretanto, o autor aponta que a participação no governo nacional não ocorre de forma efetiva se o indivíduo não foi preparado para isto em um nível local. Mill considera que as qualidades necessárias para uma participação consciente só podem ser desenvolvidas na esfera local, pois a participação como um ato político que ocorre apenas durante um intervalo de tempo não possui influência significativa sobre o desenvolvimento do intelecto do indivíduo. Portanto, é a nível local que o caráter educador da participação, isto é, o aprendizado democrático, é efetivado, pois é nesse contexto que as questões tratadas afetam diretamente o indivíduo e é onde ele possui maior chance de agir politicamente, espelhando o comportamento de seus representantes nas instituições políticas. Além disso, Mill também enfatiza a importância da discussão política, responsável não apenas por desenvolver um entendimento cívico, como também por integrar o indivíduo à sua comunidade, e este aspecto também é consequência do ato de participar politicamente. (PATEMAN, 1992)

Os estudos de Cole reforçam a posição dos dois primeiros autores e procuram analisar a participação em sociedades industriais, mais especificamente dentro do contexto da própria indústria. Uma consideração importante que este autor levanta está relacionada ao fato

³ No caso de um sistema representativo, o indivíduo deve se fazer presente através do controle sobre os representantes.

de que as desigualdades de riquezas e de posição social resultam em desigualdades de educação e de controle do meio, o que gera uma disparidade no grau de participação nas sociedades democráticas. Estudos recentes sobre socialização política têm demonstrado que essa premissa é verdadeira, e há uma vasta gama de pesquisas acerca da influência do status socioeconômico no envolvimento político do indivíduo.

Pateman (1992) relacionou o status socioeconômico e a participação a nível local ao sentimento de eficácia política. De acordo com a autora, quanto maior o senso de eficácia política de um indivíduo, maior a probabilidade de que este participe de atividades políticas. Contudo, existe ainda uma dimensão psicológica relacionada à eficácia política que é entendida como eficiência pessoal. Segundo esse aspecto, o indivíduo que se sente mais competente em suas atividades tende a participar politicamente de forma mais expressiva. A partir disso, analisando o estudo de atitudes e comportamentos de Almond e Verba, e os dados da pesquisa de Easton e Dennis, a autora aponta diversas correlações entre o senso de eficácia política e o nível de participação. A primeira delas, como já mencionado, trata da relação entre o status socioeconômico e a eficácia política. Segundo a autora, os estudos evidenciam que indivíduos de baixo status socioeconômico tendem a se sentir menos eficientes politicamente e, portanto, participam menos. Essa evidência foi encontrada tanto em estudos com adultos, quanto com crianças, sendo que no segundo caso as crianças tendem a espelhar as atitudes dos pais.

As oportunidades de discussão na família e na escola também são responsáveis por desenvolver o sentimento de competência política nos indivíduos. Os estudos relevaram que os jovens da classe média apresentam um senso maior de eficiência política justamente porque as famílias dessa classe tendem a proporcionar um ambiente mais participativo, ao mesmo tempo em que oferecem melhores oportunidades escolares aos seus filhos. As famílias de classes mais baixas, por sua vez, tendem a ser mais autoritárias, e as crianças dessa classe possuem menos oportunidades escolares. Em relação à esfera adulta, existem evidências que demonstram que as oportunidades de participação no espaço do trabalho também influenciam o desenvolvimento do senso de eficácia política. Pateman (1992) considera que em famílias de baixa renda, pais que trabalham em ambientes que lhes proporcionam pouca autonomia tendem a ser mais autoritários em casa, espelhando o próprio ambiente de trabalho e limitando o acesso à participação dos filhos.

Existe, portanto, uma conexão entre a desvantagem econômica e a desvantagem psicológica nos indivíduos de baixa renda. O baixo senso de eficácia política dos indivíduos desta classe é fortalecido pela presença deles em ambientes que lhes proporcionam poucas oportunidades de participação, o que gera uma falta de autoconfiança e aumenta a desmotivação destes indivíduos para participarem nos escassos espaços sociais e políticos onde essa participação é permitida. Segundo o Modelo de Voluntarismo Cívico⁴, existem três conjuntos de fatores que influenciam a participação: recursos, motivações e a localização nas redes de recrutamento (entendido aqui como o ambiente de trabalho). Em outras palavras, os indivíduos que são aptos, que querem e que possuem a oportunidade de participar, são mais propícios de fazê-lo. (VERBA et. al, 2003) No caso de uma família de baixa renda, tudo ocorre de uma forma cíclica e em desfavor dos indivíduos. Contudo, segundo Pateman (1992), a teoria da democracia participativa apresenta um argumento relevante para uma possível alteração deste quadro, que é a participação a nível local.

Almond e Verba, em *The Civic Culture* (apud PATEMAN, 1992), descobriram que, nos cinco países de análise – Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e México – havia uma relação positiva entre o senso de eficácia política e a participação política. Entretanto, essa relação era maior a nível local do que nacional, e, além disso, era maior nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha do que nos outros países, pois estes possuíam oportunidades institucionais que permitiam o acesso à participação local. Essas evidências reforçaram o argumento de Mill sobre a participação e levou até mesmo os próprios autores, Almond e Verba, a concluir que a participação local é fundamental para o desenvolvimento de uma cidadania competente.

Os efeitos da participação em organizações voluntárias também foram analisados por Almond e Verba. Os autores concluíram que, em todos os países, o senso de eficácia política é maior entre os indivíduos que participam de organizações voluntárias do que entre aqueles não membros, e o maior nível de eficácia política foi encontrado entre aqueles indivíduos membros de organizações explicitamente políticas. Pateman (1992) faz uma correlação entre os resultados encontrados por Almond e Verba e os preceitos dos teóricos da democracia participativa, e esclarece que a experiência com organizações não governamentais é fundamental para o estímulo à participação política em âmbito nacional.

⁴ No original: *The Civic Voluntarism Model*. (VERBA et. al, 2003)

Estudos recentes reforçam o posicionamento de Pateman e dos demais autores. Jennings (2000), ao analisar três gerações de indivíduos, encontrou evidências que demonstram que a participação em atividades pré-políticas constitui um grande educador cívico, e tem efeitos sobre a participação futura. Andolina et. al (2003) concluiu que indivíduos envolvidos em organizações escolares são mais engajados quando adultos mesmo na presença de outros fatores, sejam eles um casamento, o nascimento dos filhos, ou uma educação superior. Ainda em relação à participação em atividades não governamentais, os estudos revelaram que os indivíduos que frequentam igrejas tendem a ter um índice maior de participação, uma vez que as instituições religiosas são consideradas boas agências de treinamento cívico.

No Brasil, os achados das pesquisas sobre participação corroboram o posicionamento dos demais pesquisadores. Uma pesquisa realizada em 2005, pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) em parceria com o Instituto Pólis, que ouviu relatos de jovens de sete Regiões Metropolitanas e do Distrito Federal, e que resultou no relatório “Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas”, demonstrou que os jovens que mais participam são, de fato, os de maior instrução, e que dentre as atividades que demandam um envolvimento social, as de cunho religioso são as que mais apresentam a participação dos jovens. (IBASE e PÓLIS, 2005)

Por fim, uma pesquisa de cunho psicossocial realizada em jovens universitários da Universidade Federal da Paraíba, interessada em determinar os fatores da baixa participação política entre a população mais jovem, concluiu que a apatia política está fortemente ligada à marginalização institucional. Essa marginalização, segundo Camino e Costa (1994), seria de um tipo subjetivo, onde o indivíduo se encontra distanciado dos processos sociais e político-eleitorais. A apatia pode explicar não só a baixa motivação em relação à participação política dos jovens em geral, mas principalmente daqueles de nível socioeconômico mais baixo, pois a marginalização está fortemente relacionada ao modo em que o indivíduo enxerga a estrutura social. Segundo Camino e Costa (1994) para que o indivíduo compreenda alguns conceitos, é necessário que ele tenha desenvolvido certa capacidade cognitiva. Entretanto, o desenvolvimento dessa capacidade não se manifesta de forma universal, sendo, assim, influenciado pelo meio em que o indivíduo vive. O problema reside no fato de que o meio só se torna influente na medida em que o jovem se identifica com ele em suas características sociais. A participação em organizações não governamentais, segundo os autores, seria, então,

uma maneira de fortalecer a identificação com um meio participativo, o que, consequentemente, poderia minimizar os efeitos da apatia política entre essa população.

A partir das teorias e das pesquisas citadas acima, conclui-se que a participação em sistemas democráticos tem, em primeiro lugar, um caráter educador, responsável não só por fortalecer as atitudes cívicas do indivíduo, como também por ensinar as peculiaridades do sistema. Existe, contudo, um processo de desenvolvimento social e político pelo qual o indivíduo precisa passar para que a participação seja uma realidade na sua vida como ator político. O papel das agências socializadoras é tal que tem como objetivo final formar cidadãos aptos a participarem e a se envolverem ativamente no sistema político. As peculiaridades de experiências e de contextos sociais em que os indivíduos vivem podem influenciar esse processo de desenvolvimento e de aprendizado, tornando-os mais aptos ou mais apáticos em relação ao mundo político. Pesquisas recentes tem demonstrado que são esses diversos fatores subjacentes à atuação das agências socializadoras que explicam as diferenças nos índices de participação de jovens que vivem em uma mesma região, mas experimentam contextos diferentes, por exemplo, e entre cidadãos nativos e imigrantes. Compreender como a participação dos cidadãos tem ocorrido no século XXI e, principalmente, como ela tem sido estimulada a partir da socialização política são as questões fundamentais dos estudos da última década.

3. SOCIALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

3.1 A participação política dos jovens: declínio ou participação alternativa?

Nas últimas décadas, o estudo da participação política tem se preocupado com o que parece ser um declínio na participação entre os jovens. Uma queda no envolvimento político e na confiança política parecem ser os elementos-chaves que explicam o baixo interesse da nova geração pela participação através dos mecanismos tradicionais. O baixo índice de comparecimento eleitoral, além de uma baixa identificação partidária, vem colocando em cheque a relação entre os jovens eleitores e a política institucionalizada, o que pode ter efeitos significativos no futuro da democracia. Todavia, uma visão alternativa tem demonstrado que não há uma queda no interesse político, mas uma mudança nos meios de participação pelos quais estes eleitores preferem se manifestar. Mecanismos informais, com formas estruturais mais flexíveis, tais como a assinatura em petições e a participação espontânea em reuniões políticas ou organizações civis, tem sido a forma de participação escolhida por essa nova geração. (HOOGHE, 2004) Dessa forma, o debate mais recente gira em torno da seguinte questão: como tornar esses jovens mais interessados também na participação institucionalizada, a fim de manter as estruturas democráticas em funcionamento?

É consenso entre os autores do comportamento político que as novas gerações possuem um pensamento muito mais dotado de valores democráticos do que as anteriores. Esses indivíduos são frequentemente mais tolerantes e são mais críticos em relação a instituições hierárquicas e autoritárias. Além disso, são mais favoráveis à igualdade de gênero, e mais tolerantes com os diferentes estilos de vida, o que é consequência do fortalecimento dos ideais democráticos. (INGLEHART *apud* HOOGHE, 2004)

Alguns autores consideram que essa nova geração, que é ao mesmo tempo mais cética em relação às instituições políticas, porém fortemente comprometida com os valores democráticos, pode atuar como um termômetro crítico para o contexto político e social, pois serão eles que irão reagir às novas condições em tais contextos. Dessa forma, os estudos voltaram à questão de como esses indivíduos adquirem seu conhecimento político, e como eles são socializados nas atitudes políticas, além de procurarem analisar se eles são interessados na política, e se eles se envolvem politicamente ou se planejam fazê-lo em algum

momento de suas vidas. (HOOGHE, 2004) Assim, as novas pesquisas sobre socialização procuram compreender o seguinte: caso esses indivíduos sejam mesmo uma nova geração de cidadãos, com uma capacidade crítica muito mais acentuada, e de notável distanciamento político em relação aos partidos e ideologias políticas, quais serão as consequências disso para o futuro dos sistemas democráticos, uma vez que esse distanciamento pode significar um baixo comparecimento eleitoral, com uma grande quantidade de eleitores desinformados e de cidadãos menos envolvimento em suas comunidades.

A literatura sobre participação tende a demonstrar um desinteresse em relação aos efeitos geracionais sob os quais os indivíduos estão submetidos. Segundo O'Toole et al. (2003), cada geração está sujeita a novos desafios que as anteriores não enfrentaram, o que faz com que esse grupo desenvolva atitudes distintas que tendem a permanecer estáveis no decorrer dos anos. Portanto, assuntos e atitudes familiares às gerações antigas podem ter pouca relevância para uma nova geração. Da mesma forma, a influência dos eventos que ocorrem no decorrer da vida de um indivíduo também é responsável pela mudança de interesse de uma geração em relação à outra. Na visão de O'Toole et al. (2003), não é correto, então, mensurar a atividade política de uma nova geração baseada no que foi definido como "político" para a geração anterior. De acordo com os autores, as pesquisas sobre participação falham na aplicação de *surveys* para mensurar o índice de envolvimento político justamente porque se preocupam mais em medir a participação dentro de certos parâmetros do que em efetivamente perguntar a essa nova geração o que o político significa pra elas. O que os autores concluem a respeito disso é que os efeitos dessas pesquisas podem estar, então, subestimando ou superestimando o índice de participação desta nova geração, e uma alternativa à aplicação de *surveys* deveria ser estudada. Seguindo o mesmo raciocínio, Burns et al. (2001) também consideram que a definição do que constitui atividade política, ao enfatizar o papel do voto e da atividade eleitoral, é prejudicial aos estudos de participação porque tende a ignorar os modos de participação alternativa – como em protestos, em organizações ou em atividades comunitárias – e isso tem subestimado sobremaneira o envolvimento político de certos grupos, em especial o das mulheres. A alternativa, segundo os autores, é revisar os tipos de *surveys* que vem sendo utilizados, a fim de contemplar um modelo de envolvimento político menos convencional.

Contudo, mesmo que as pesquisas estejam falhando em mensurar o índice correto de participação política dos jovens, é consenso entre os pesquisadores que a participação através dos mecanismos institucionais tradicionais (nesse caso, entendido como o voto) vem

declinando. Diversas pesquisas demonstram que a participação através de mecanismos informais tem superado a participação institucional. Na literatura sobre participação, alguns autores fazem uma distinção entre o envolvimento político e o cívico com o objetivo de fornecer explicações mais completas sobre qual é área que detém mais atrativos para o envolvimento juvenil. Assim, o envolvimento político é aquele relacionado às instituições formais e ao processo de governo. Ele contém normas para um bom exercício da cidadania, e envolve direitos, obrigações e responsabilidades formais de um cidadão. Já o envolvimento cívico, por sua vez, constitui um trabalho em prol de uma comunidade ou de uma causa, com o objetivo de fazer alguma diferença naquele contexto social. Este tipo de envolvimento exige responsabilidade moral e ética, e respeito mútuo entre os indivíduos. Os autores que trabalham com esta distinção entre envolvimento cívico e político consideram que o envolvimento cívico atrai mais a atenção dos jovens por envolver normas relacionadas ao exercício livre da cidadania, em oposição àquelas consideradas como obrigações formais de um “bom cidadão”. (OWEN, 2008)

Diversas são as razões encontradas para explicar o baixo envolvimento político dos jovens, abrangendo desde a desconfiança nos representantes políticos e chegando até mesmo ao alto custo que a participação política exige – pois ela demanda uma atividade mais informada e sustentável do que a participação voluntária. (OWEN, 2008) Nos estudos de O’Toole et al. (2003), várias pesquisas são citadas a fim de demonstrar que os jovens não votam ou porque acham que o seu voto não fará uma diferença significativa no resultado final, ou porque consideram que as suas necessidades não serão contempladas através desse mecanismo, além de não enxergarem o voto como uma responsabilidade cívica.

Henn et al. (*apud* O’TOOLE et al, 2003) consideram que a não participação é reflexo de um certo fracasso por parte dos partidos, das estruturas do sistema e dos próprios políticos em atrair a atenção da população jovem. Os autores constataram que esses indivíduos acreditam que eles possuem pouco poder de influência sobre os rumos da política, e são céticos quanto ao papel representativo que os políticos podem exercer uma vez que são eleitos. Os jovens ainda consideram o voto como fundamental para a cidadania, mas, ao mesmo tempo, aqueles que já exerceram este papel se sentem desapontados pela experiência. Segundo os autores, os jovens são comprometidos com o processo democrático, e a falta de envolvimento com a política formal está, antes de tudo, relacionada à maneira como a política está organizada, e não com uma falta de interesse desses indivíduos. Owen (2008) constatou que nos Estados Unidos, o baixo envolvimento juvenil em campanhas eleitorais é decorrente

da profissionalização da política, onde os consultores políticos aconselham os seus clientes a não focarem no público jovem, pois o custo levar um jovem eleitor a participar eleitoralmente é bastante elevado. Essa população vem sendo, então, cada vez menos recrutada para participar de campanhas eleitorais, fator que tem contribuído para um declínio nos índices de identificação partidária e até mesmo de comparecimento eleitoral.

Nos estudos de White et al. (*apud* O'TOOLE et al, 2003), os autores analisaram a visão política da nova geração e constaram que ela é bastante estreita, o que faz com que os jovens entendam a política como algo pouco interessante. A falta de conhecimento sobre a política e os seus mecanismos é um fator que contribui para essa visão. Além disso, os autores constaram que esses indivíduos confiam pouco na capacidade dos políticos de serem honestos, de manterem as promessas de campanha, e de serem *accountables* em relação às suas ações. Todos esses fatores levam os jovens a se distanciarem da política, o que é conseqüentemente mais uma barreira para a participação.

Como já foi demonstrado nos capítulos anteriores, entender o que leva um indivíduo a participar no sistema político envolve compreender também o processo de formação das orientações políticas desse indivíduo. Hooghe (2004) utilizou-se dos estudos de Torney-Purta et al. para explicar a emergência da confiança e do envolvimento político entre os adolescentes de aproximadamente 14 anos. Segundo Torney-Purta et al. (*apud* HOOGHE, 2004), o processo de formação das orientações políticas pode ser explicado através de uma relação entre o nível micro e o macro. No primeiro caso, o objeto de estudo é o meio intrafamiliar, e as autoras constataram que tanto o interesse quanto as orientações políticas são transmitidas entre as gerações. Um ambiente familiar que estimule o debate político, portanto, tem um forte efeito na propensão dos indivíduos de participar do sistema político. Foi observado também o papel de importância das escolas em relação à inclusão cívica, e em relação ao ensino e encorajamento dos jovens para a participação. Já no nível macro, a diferença reside entre democracias estáveis ou emergentes, de forma que onde as instituições políticas são mais recentes, há um nível maior de desconfiança política e de dúvida quanto à participação na vida política por parte dos jovens. Isso é decorrente do fato de que as instituições precisam se demonstrar confiáveis através do seu desempenho para que estes indivíduos desenvolvam sentimentos de confiança tanto política quanto institucional.

Todos os estudos citados acima analisaram apenas a propensão dos jovens em participar do sistema político através do voto. Já um estudo eleitoral realizado no Canadá, em

2004, procurou verificar o que realmente acontece quando estes indivíduos atingem a idade para se tornarem eleitores. As evidências demonstraram que os eleitores mais novos (no caso do estudo, são os indivíduos nascidos após 1970) são responsáveis pelo declínio no comparecimento eleitoral no país. Em relação às eleições federais no ano 2000, a grande maioria destes eleitores se recusou a comparecer às urnas não apenas devido a um sentimento de cinismo ou ceticismo, mas porque o interesse e o conhecimento político entre essa população tem se mostrado consideravelmente baixo. Os autores do estudo eleitoral concluíram afirmando que faltam evidências para demonstrar por que os jovens estão cada vez mais desinteressados na política, se comparados com os indivíduos das gerações anteriores. (HOOGHE, 2004)

As respostas para os questionamentos levantados pelos autores do estudo eleitoral envolvem diversos aspectos da análise do comportamento. Como já mencionado, o baixo interesse pode ser consequência de um esgotamento do sistema político dos regimes democráticos, que vem permitindo a insurgência de novas formas de participação alternativa; pode estar ocorrendo devido a um fracasso político em geral, tanto por parte dos políticos quanto dos partidos, em atender às expectativas das novas gerações; e pode, também, em um último aspecto, ser consequência de um baixo estímulo ao envolvimento cívico durante o decorrer da vida desses indivíduos.

Stoole e Hooghe (*apud* HOOGHE, 2004) procuraram analisar como a participação em associações pode influenciar a participação futura, e se as atitudes cívicas formadas no período da infância e adolescência, tanto em decorrência da participação em associações, quanto das experiências de vida, tendem a persistir no decorrer da vida. Os autores concluíram que, dentre as atitudes cívicas, a confiança, em especial, é uma das atitudes moldadas nos estágios iniciais que tende a se manter fortemente estável durante o período da adolescência e da vida adulta. Já em relação à participação, os autores concluíram que indivíduos que participaram de alguma forma enquanto jovens tendem a ser mais participativos na vida adulta, mas esse índice não é tão estável quanto o de continuidade das atitudes cívicas.

A partir das pesquisas citadas acima, infere-se que o estudo das orientações políticas dos jovens é mais do que relevante, pois além de ser um mecanismo capaz de prever as atitudes futuras – por exemplo, indivíduos menos confiantes e menos envolvidos enquanto jovens tendem a manter esse comportamento durante a vida adulta –, ele pode também

explicar o baixo envolvimento contemporâneo, aonde as novas gerações vêm demonstrando atitudes cívicas bastante distintas daquelas anteriormente tomadas pelas gerações passadas. É necessário, então, que os pesquisadores do comportamento político reconsiderem o estudo da socialização política com os seus desdobramentos para a participação, a fim de sanar os questionamentos que vem sendo levantados pelas análises de comparecimento eleitoral e de envolvimento cívico.

3.2 As pesquisas sobre socialização no século XXI

A pesquisadora Diana Owen (2008) analisou os dados provenientes de pesquisas anteriores relacionadas ao envolvimento político dos jovens para ver se os mesmos ainda são condizentes com o que vem ocorrendo após a virada do século. De acordo com as conclusões da autora, as pesquisas sobre socialização no século XXI necessitam de uma reformulação, pois novos agentes surgiram e houve uma mudança na relação de importância entre os antigos. Segundo Dalton (*apud* OWEN, 2008), a emergência de um novo modelo de democracia, com mudanças substanciais nas condições sociais da população, redefiniu os parâmetros do que significa ser um “bom cidadão”. Um índice de educação mais elevado, a presença ativa das mulheres na sociedade, e a grande disponibilidade de informação tornaram os cidadãos mais aptos e com mais recursos para participar ativamente e se envolver tanto cívica quanto politicamente. Owen considera que a ocorrência de tais acontecimentos levou ao desenvolvimento de novos agentes no nível macro e modificou de forma considerável a importância dos agentes do nível micro.

No nível macro, a autora considera que a imigração e a globalização tem remodelado a comunidade política dos países. Entretanto, pouco ainda se tem estudado sobre a formação da identidade política entre os imigrantes - em especial quando ela é composta por um sentimento de múltipla nacionalidade e cidadania, e os desdobramentos destes fatores no envolvimento político e civil destes indivíduos. Segundo a autora, os estudos sobre imigrantes se concentram quase que exclusivamente no posicionamento político da população latina e asiática, e poucos tem procurado observar o processo de socialização sob o qual essas preferências são formadas. A autora cita como exemplo alguns estudos que demonstram que alunos de escolas segregadas, com baixa diversidade étnica, ficam desconectados da cultura predominante, o que diminui a propensão destes indivíduos a participar de questões nacionais ou até mesmo locais. (OWEN, 2008)

A globalização, por sua vez, possibilita a identificação com múltiplas cidadanias para além das fronteiras nacionais. A formação das orientações políticas tem ocorrido a partir de comunidades integradas, e o foco do engajamento político deixou de ser aquele apenas relacionado ao local ou até mesmo nacional, para tornar-se global. Questões relacionadas ao meio ambiente, aquecimento global, pobreza, racismo, intervenção militar, dentre outras, tem atraído a atenção de cidadãos globais, que, segundo Owen (2008), consideram que estes assuntos são de interesse geral, e não apenas daqueles afetados diretamente por eles. Para Owen, estes cidadãos estão sendo socializados por instituições supranacionais que precisam se tornar também objeto de estudo dos pesquisadores.

No nível micro, Diana Owen (2008) aponta que os pesquisadores muito têm focado em alguns contextos específicos em detrimento de outros. Os estudos sobre socialização política tendem a se concentrar na população branca de classe média, e deixam de lado escolas técnicas ou escolas de baixa de renda, assim como a análise de comportamento eleitoral tem focado em alunos de universidades, esquecendo os jovens trabalhadores. Além disso, ainda que o estudo sobre a família tenha ocorrido de forma extensa, pouco ainda se sabe sobre como a dinâmica de uma família influencia a socialização política das crianças e dos adolescentes. Diferenças socioeconômicas que refletem no tipo de escola que as crianças frequentarão, bem como o processo de aprendizado das experiências, podem ter influências decisivas na formação das orientações políticas e civis dos jovens. A autora cita o exemplo de que as crianças ainda são excluídas dos debates e das atividades políticas dos adultos, e tal atitude pode diminuir o interesse dessas crianças em se envolver posteriormente no assunto.

Para a autora, outras agências além da escola e da família são tão influentes quanto as primeiras e deveriam receber mais atenção por parte das pesquisas. Owen (2008) cita diversos tipos de organizações, tais como as políticas, as comunitárias, os clubes sociais e as comunidades on-line. Experiências de cunho político e cívico tanto no contexto da escola, quanto da família, podem fazer uma diferença no futuro ao proporcionar um envolvimento precoce desses indivíduos com tais assuntos. Além disso, Owen também menciona que os jovens tem se engajado em atividades políticas fora do espectro dos partidos, portanto o distanciamento na identificação partidária pouco tem explicado sobre a participação política dos indivíduos mais jovens. A autora cita o exemplo das eleições presidenciais primárias de 2008, eleições que tipicamente apresentam um baixo envolvimento do eleitorado, onde um

total de 6,5 milhões de jovens entre 18 e 29 anos de idade compareceram às urnas. (OWEN, 2008)

Diversas pesquisas empíricas corroboram as afirmações de Diana Owen sobre uma nova abordagem para a socialização política no século XXI. A fim de esclarecer algumas questões sobre o funcionamento dos agentes no nível macro e micro, este trabalho discorre a seguir, de forma bastante breve, sobre como tem ocorrido o processo de socialização dos imigrantes, e como isso tem influenciado a participação política desses indivíduos. Em seguida, procura demonstrar como as pesquisas sobre participação tem ressaltado a importância da participação voluntária no processo de socialização dos adolescentes, demonstrando que esse agente tem atuado de maneira bastante eficiente na ativação política dos jovens.

3.2.1 Imigrantes, concentração residencial e participação

Nos Estados Unidos, a partir da década de 1960 houve um grande influxo de imigrantes para o país devido à flexibilização das leis de imigração. Na década de 1990, o número de naturalizações excedeu todas as projeções, em decorrência da aprovação da lei de reforma do sistema de bem-estar social em 1996, intitulada como *Personal Responsibility and Work Opportunity Reconciliation Act (PRWORA)*, que limitava o acesso de imigrantes aos fundos de benefícios federais, tais como Medicaid e vale-refeição. A partir disso, a presença de cidadãos nascidos no exterior levou a uma diversificação no eleitorado americano. (SINGER, 2002)

Indivíduos nascidos no exterior são socializados de maneira distinta dos cidadãos nativos. Nos Estados Unidos, os agentes socializadores que explicam a probabilidade de um indivíduo de participar politicamente não podem, na maioria dos casos, ser generalizados para grupos minoritários justamente porque o processo de socialização desses indivíduos ocorre de outra maneira. Wendy Cho (1999) aponta que, para os cidadãos nativos, as experiências políticas passadas levam a um entendimento do governo americano, dos partidos, do processo eleitoral, dentre outros aspectos. Para os cidadãos nascidos no exterior, as experiências passadas podem, muitas vezes, nem ao menos levá-los a se familiarizar com os processos políticos democráticos em geral, então é de se esperar que haja um distanciamento do processo político americano. O nível de proficiência na língua inglesa também é outro fator

responsável pelo distanciamento. Para indivíduos com baixo grau de proficiência, o processo de socialização é dificultado, pois o fluxo de informação é prejudicado uma vez que estes cidadãos apenas são capazes de compreender a informação em uma determinada língua. Os custos para participar também são aumentados, pois a burocracia envolvida no processo eleitoral torna-se ainda mais desestimulante nesse contexto. Um último aspecto que costuma a levar ao distanciamento é o fato de que os grupos de imigrantes tendem a estabelecer comunidades étnicas, o que pode dificultar, assim como a baixa proficiência na língua, o fluxo de informações e afetar a maneira como esses cidadãos entendem o processo político nacional, tendo em vista que a homogeneidade nas comunidades pode ser prejudicial no processo de familiarização da cultura nacional do país. (CHO et al, 2006)

Cho (1999) procurou analisar como as variáveis clássicas que determinam a probabilidade de participar politicamente afetam esses cidadãos naturalizados nos Estados Unidos. Variáveis relacionadas ao status socioeconômico (SES) e à idade são amplamente relacionadas à participação nos estudos sobre o assunto. O status socioeconômico engloba uma importante variável: o nível de educação. Segundo os pesquisadores, um aumento no grau de educação está relacionado ao aumento na participação, pois, dentre outros aspectos, a educação é responsável por desenvolver as habilidades cognitivas necessárias para o entendimento da política. Em outras palavras, a educação diminui os custos e aumenta os benefícios de participar politicamente⁵. Wendy Cho enfatiza que o processo de socialização fornecido através da educação é fundamental para aumentar a probabilidade de participação dos indivíduos. A autora afirma que, para a população de cidadãos nascidos no exterior, a eficiência do status socioeconômico em elevar os índices de participação é observada quando ele representa uma maior exposição e familiarização às normas do sistema político americano. (CHO, 1999)

A idade, por sua vez, é entendida na literatura da seguinte maneira: para os jovens, os custos de votar são bastante elevados, tendo em vista que, nos Estados Unidos, estes indivíduos apresentam alto grau de mobilidade residencial e ocupacional, não são totalmente independentes, e precisam superar as burocracias de se registrarem para votar. Conforme o indivíduo envelhece, esses custos tendem a diminuir. Para os imigrantes, todavia, Cho menciona que não é simplesmente o fato de envelhecer que aumenta a propensão de um

⁵ Nesse caso, a participação é mensurada através do voto.

cidadão naturalizado de participar, mas sim o processo de socialização associado com uma maior quantidade de anos vivida no país. (CHO, 1999)

Cho (1999) analisou os dados de um *survey* realizado na Califórnia em 1984, que teve como amostra 574 latinos, 335 negros, 308 asiáticos e 317 brancos não-hispânicos. O estudo teve como objetivo analisar quais variáveis são importantes para entender a participação eleitoral de grupos minoritários. Os resultados encontrados demonstraram que, além do status socioeconômico, o nível de proficiência em inglês e a localidade do nascimento afetam o processo de socialização de latinos e de asiáticos. A autora aponta que indivíduos que vivem em comunidades compostas em sua maioria por cidadãos nascidos no exterior passam por um processo de socialização diferente do geral. Da mesma forma, se uma grande parte da comunidade não é fluente na língua inglesa, a falta de proficiência tende a se perpetuar e a afetar o tipo de informação que é transmitida a esses indivíduos. A autora menciona que esses indivíduos procuram fontes de mídia alternativas, então o processo de socialização é influenciado pela quantidade limitada de informação que é transmitida através de programas de televisão e jornais em língua estrangeira.

A análise revelou que a população asiática é mais afetada pela variável do nascimento, enquanto, para os latinos, a variável de proficiência na língua teve maior relevância. Segundo Cho (1999), isso não quer dizer que os latinos não sejam afetados pela variável de nascimento, ou que os asiáticos não sejam afetados pela variável de proficiência. Contudo, uma análise geracional revelou que a partir da segunda geração, os asiáticos já adquirem um alto nível de proficiência na língua inglesa, enquanto, para os latinos, a baixa proficiência entre a comunidade é mais duradoura. Para a autora, esse é um fator relevante que explica porque as diferentes comunidades são socializadas de maneiras distintas.

Em relação às variáveis tradicionais relacionadas ao status socioeconômico (renda, educação e idade), o estudo de Cho (1999) comparou o comportamento das variáveis para a população em geral, e para os grupos de imigrantes separadamente, isto é, latinos e asiáticos. Segundo a teoria, um aumento na renda de um indivíduo favorece a participação, pois fornece mais tempo, interesse, habilidades e maiores ganhos na política. O estudo revelou que essa variável se comporta da maneira esperada para ambos os grupos de imigrantes, ou seja, um aumento na renda tende a favorecer a participação política. A variável da educação, por sua vez, demonstrou um efeito positivo para a população latina, mas não apresentou efeitos consideráveis na população asiática. Cho (1999) considera que essa

diferença se deve ao nível de instrução prévia que o indivíduo recebeu antes de se tornar cidadão americano. Segundo a autora, na época do estudo, 59% dos indivíduos asiáticos que possuíam nível superior eram nascidos no exterior - em comparação a apenas 26% de latinos-, e é provável que esses indivíduos tenham obtido essa instrução em seus países de origem. Cho enfatiza que há uma educação cívica bastante intensa nos Estados Unidos, que tende a estimular os indivíduos a participarem dos processos eleitorais seja no contexto da escola, na eleição para representante de classe, seja no contexto nacional, em eleições majoritárias. Nos outros países, diferentes ideais de governo e de envolvimento cívico são ensinados. Como a educação faz parte do processo socializador, a maneira como esses indivíduos foram socializados anteriormente pode explicar porque a variável de educação não se comporta da maneira esperada para essa população de imigrantes, ou seja, porque um alto nível de instrução não significa, necessariamente, uma maior propensão de participar politicamente.

A variável da idade, como já mencionado, geralmente segue um padrão onde o índice de comparecimento eleitoral é baixo entre os jovens, tende a aumentar entre os adultos, e, então, volta a diminuir entre os idosos. No estudo, essa variável foi analisada entre os imigrantes nascidos nos Estados Unidos e os nascidos no exterior. Os resultados encontrados demonstram que a variável não se comporta da maneira esperada para os nascidos no exterior, levando a um declínio na probabilidade de participar com o aumento da idade. Para a autora, esses resultados estão relacionados ao processo de socialização através das experiências de vida. Indivíduos nascidos nos Estados Unidos passaram por uma socialização que os tornou familiarizados com as normas cívicas do país, enquanto o mesmo não ocorreu para os cidadãos naturalizados que nasceram no exterior. Portanto, não é apenas o fato de envelhecer que leva a um aumento na probabilidade de participar, mas sim o processo de socialização envolvido com o passar dos anos. (CHO, 1999)

Para Wendy Cho (1999), quanto mais tempo esses imigrantes passam no país, mais eles adquirem conhecimento da cultura nacional, e mais essa população se torna homogênea em relação ao restante do eleitorado. As atitudes desses indivíduos em relação à participação política tendem a convergir com a do restante da população, e o comportamento das variáveis passa a seguir de acordo com o esperado. Entretanto, com uma maior participação, as populações de imigrantes passam a demandar mais como eleitores, o que faz com que esses grupos comecem a atrair a atenção de partidos e políticos em busca de voto. Nesse contexto, a concentração residencial de grupos de diferentes etnias deixa de ser um

aspecto puramente negativo, de segregação, para se tornar positivo na busca por representação política nas casas legislativas.

Cho et al. (2006) analisaram o comportamento eleitoral de diversas etnias de cidadãos ázio-americanos, tais como: chineses, japoneses, coreanos e indianos, a fim de identificar a influência da concentração residencial entre esses grupos. O estudo procurou observar o comportamento dessas populações dentro e fora do estado da Califórnia, que é considerado um local de grande concentração de ázio-americanos. Os resultados encontrados foram, na maioria das vezes, consistentes com o esperado: a participação local é influenciada pelos níveis de educação e renda dos habitantes da região; uma grande concentração de indivíduos da mesma etnia em uma área residencial tende a diminuir a participação, indicando que a segregação racial e a integração são fatores que influenciam quem vota nos Estados Unidos; e, por fim, demonstraram que não é necessário ter uma grande concentração de indivíduos ázio-americanos em uma mesma região para que os efeitos da concentração residencial apareçam.

A concentração residencial fora do estado da Califórnia influencia algumas etnias de forma mais intensa do que outras. De acordo com os resultados, essa concentração tende a diminuir em torno de 30% a participação de chineses e coreanos. Para os japoneses e indianos, o declínio é similar, mas ocorre de forma menos acentuada. Entretanto, os resultados são claros ao demonstrar que existem barreiras impostas à participação dentro de tais contextos. (CHO et al, 2006)

Na Califórnia, por sua vez, os resultados encontrados diferem dos anteriores. Para os chineses e coreanos, o contexto étnico ainda diminui a participação, mas de forma bem menos expressiva. Já a concentração residencial de japoneses produz o efeito inverso na Califórnia, demonstrando que onde o número desses indivíduos por região é maior, há uma maior probabilidade de que eles compareçam no período eleitoral. Os índices para os indianos, por sua vez, não se demonstraram sensíveis para o contexto étnico nesse estado. (CHO et al, 2006)

Para os autores, esses resultados evidenciam que os padrões de estabelecimento étnico possuem um efeito bem mais acentuado fora do estado da Califórnia, demonstrando que as concentrações de imigrantes por região tendem a produzir uma forte influência sobre a participação destes indivíduos, em especial de coreanos e chineses. Uma possível explicação para a diferença de efeitos residenciais encontrados na Califórnia e nos demais estados pode

estar relacionada às forças exógenas que atuam sobre essas comunidades. Tendo em vista que a Califórnia possui uma grande concentração de indivíduos ázio-americanos, é presente no estado a ação de grupos e de partidos políticos que se empenham em mobilizar essas populações para a participação eleitoral. Nos demais estados, as concentrações étnicas são mais insulares, o que tende a aumentar os custos - provenientes das dificuldades linguísticas e de renda - para que haja uma mobilização por parte das organizações políticas. (CHO et al, 2006)

Portanto, os autores constataram que, se por um lado a composição étnica de um bairro representa um isolamento dessas etnias, que prejudica o fluxo de informações e as forças exógenas que atuam sobre esses potenciais eleitores, por outro, essa concentração geográfica pode atuar atraindo a atenção dos partidos. É necessário, todavia, que essa concentração residencial atinja um limiar no qual os interesses das minorias deixem de ser ignorados e passem a mobilizar os partidos e candidatos políticos, mas, na medida em que isso acontece, a representação dos interesses dessas minorias torna-se facilitada. (CHO et al, 2006)

Ambos os estudos citados evidenciam que a socialização de imigrantes ocorre tanto de maneira distinta pelos agentes clássicos, como através de forte influência de agentes específicos desses grupos de indivíduos. O fato de ter nascido no exterior, associado às experiências cívicas e políticas passadas, bem como o nível de proficiência na língua e o contexto residencial possuem fortes efeitos sobre a probabilidade desses indivíduos de participarem politicamente. A concentração residencial de imigrantes atua na socialização desses indivíduos através de características específicas que podem gerar uma alienação da cultura nacional. A quantidade limitada de informações que esses indivíduos recebem, impostas pelas barreiras linguísticas, é, em geral, um dos grandes responsáveis pelo isolamento contextual desses cidadãos, que pode levar ao declínio na participação eleitoral. Mesmo em circunstâncias onde a concentração residencial é benéfica, no caso em que os imigrantes constituem grupos de interesses, o processo de socialização para atitudes e comportamentos condizentes com um envolvimento cívico e político esperado de um cidadão americano continua sendo condicionado às características específicas do contexto residencial, o que muitas vezes tende a perpetuar a baixa participação observada entre essas populações.

3.2.2 Associações voluntárias e participação política

A literatura sobre participação considera que uma das maneiras mais eficientes de ativar um indivíduo politicamente é através do estímulo precoce à participação em atividades associativas que sejam capazes de desenvolver as habilidades cognitivas e sociais que são necessárias para o envolvimento desse indivíduo em ações políticas. A probabilidade de que um indivíduo vote, se filie a algum partido, participe de campanhas eleitorais ou organizações civis, são influenciadas pelas experiências passadas desse cidadão. O engajamento em atividades associativas também é responsável por reduzir a intensidade com que o contexto social atua sobre esses indivíduos, de forma que as variáveis clássicas relacionadas a esse aspecto, e que são consideradas responsáveis por influenciar a participação política, tais como o status socioeconômico (SES), a idade, o local de nascimento e a etnia, parecem ter seus efeitos atenuados. De acordo com Plutzer (*apud* MCFARLAND e THOMAS, 2006), o maior determinante da participação atual é a participação passada, portanto, deve-se considerar que o processo de ativação política de um indivíduo envolve tanto as experiências participativas ocorridas na infância, quanto – e principalmente – aquelas do período da adolescência.

Daniel McFarland e Reuben Thomas (2006) realizaram um amplo estudo procurando analisar se o envolvimento em atividades voluntárias na adolescência tem realmente um efeito sobre a participação política posterior desses indivíduos. Os autores consideram que o estímulo à participação ocorre como resultado do processo de socialização política dos indivíduos através do contexto e da origem social, das experiências dentro da família, da escola e de outras associações juvenis. Enquanto a origem social apresenta proposições bastante deterministas, pois estabelece que jovens de classe alta e com maior grau de educação são beneficiados com mais recursos e experiências que favorecem a participação, o envolvimento em associações parece ser responsável por preencher as lacunas existentes na socialização dos indivíduos que se encontram fora das categorias privilegiadas. A participação voluntária pode desenvolver, então, habilidades cívicas e políticas que se relacionam diretamente com o senso de eficácia política do indivíduo. Esse desenvolvimento ocorre tanto como função dos relacionamentos provenientes da atividade, quanto do projeto em si, e são ambos responsáveis por facilitar a participação política adulta, uma vez que espelham as atividades políticas propriamente ditas.

McFarland e Thomas (2006) discorrem sobre uma série de fatores que a participação em associações tende a aprimorar, tais como as características pessoais do

indivíduo, do relacionamento deste com a comunidade e até mesmo com a própria família. Para os autores, as atividades que os membros de uma associação precisam desempenhar promovem, em geral, o desenvolvimento de sentimentos de liderança e de confiança pessoal, aprimoram as habilidades de trabalho em grupo e de ações colaborativas, e favorecem a expansão das conexões sociais desses jovens, o que possibilita a esses indivíduos o contato com diferentes tipos de engajamento cívico. Essas características contribuem no processo de familiarização dos adolescentes com as atividades do “mundo adulto”, isto é, aquelas esperadas de um cidadão. Em outras palavras, a participação em associações voluntárias promove a educação cívica de forma mais eficiente do que aquela que ocorre de maneira tradicional, dentro do contexto da sala de aula, incluída na grade curricular.

Os resultados da participação voluntária na adolescência são interpretados por McFarland e Thomas (2006) de maneira bastante distinta do que aquela realizada por Torney-Purta e Amadeo (2003). Estas autoras analisaram como os diferentes tipos de atividades desempenhadas na adolescência influenciam a probabilidade de participação cívica e política dos indivíduos. Com base nas respostas coletadas de um *survey* aplicado a uma amostra de adolescentes de 14 anos nos Estados Unidos, as autoras concluíram que o conhecimento cívico está fortemente associado à probabilidade de votar (a confiança pessoal adquirida com a participação na escola, e a qualidade do aprendizado sobre eleições e voto também são fortes preditores dessa atividade política). Entretanto, as autoras não encontraram relação entre a participação voluntária atual e a probabilidade de participar eleitoralmente, indicando que os adolescentes da pesquisa não entendem o voluntariado como uma atividade política. É nesse aspecto, portanto, que a pesquisa de McFarland e Thomas apresenta uma nova interpretação sobre a importância das atividades realizadas na adolescência, pois, ao destacar o aspecto educativo da participação voluntária, os autores adicionam um novo agente no processo de socialização política dos adolescentes, com reflexos tanto na ativação cívica quanto política de um indivíduo.

A fim de identificar como as experiências do período da adolescência influenciam a participação política futura, McFarland e Thomas (2006) usaram os dados de dois estudos nacionais: o *National Educational Longitudinal Study (NELS)*, realizado em 1988, que teve como amostra os estudantes das oitavas séries, cujos questionários foram aplicados em 1988, 1990, 1992, 1994 e 2000, proporcionando uma análise longitudinal através de 12 anos; e o *National Longitudinal Study of Adolescent Health (Add Health)*, que entrevistou os estudantes da sétima até a décima segunda série em duas etapas, sendo a primeira realizada em 1994-

1995, e a segunda em 2001-2002, quando eles foram novamente entrevistados. Embora os dois estudos tenham fornecido dados sobre as atividades ocorridas dentro e fora do contexto escolar, o *NELS* forneceu informações detalhadas sobre as atividades desempenhadas fora das escolas, enquanto o *Add Health* detalhou informações sobre as associações escolares. Segundo os autores, o uso das duas bases de dados nacionais se fez necessário para analisar se os fatores que promovem a socialização política podem ser generalizados para a nação como um todo, e se os estudos são consistentes em diferentes períodos de tempo. (MCFARLAND e THOMAS, 2006)

Diversas variáveis relacionadas aos múltiplos agentes socializadores foram analisadas. Em relação às atividades associativas, a participação foi mensurada entre as atividades tipicamente escolares - tais como os clubes acadêmicos, jornalísticos, musicais, vocacionais, conselhos estudantis e times esportivos - e as não-escolares, como, por exemplo, a participação em campanhas políticas, em serviços comunitários, serviços religiosos, dentre outros. Quando se tratou da influência do contexto e da origem social, a participação foi mensurada a partir das características que classicamente mais tendem a influenciá-la, e são elas: a idade, o status de cidadania, o nível de proficiência na língua, o gênero, a raça, a classe social, e o nível de educação e renda dos pais.

As atitudes dos pais influenciam a participação futura dos filhos por meio do comportamento dos pais e do relacionamento destes com os seus filhos. Itens relacionados ao nível de proximidade entre pais e filhos – como a presença de ambos os progenitores no contexto do lar, a gama de assuntos que estes debatem com os seus filhos, entre outros –, o comportamento dos pais como cidadãos e as expectativas destes para o futuro de seus filhos, foram analisados no estudo. Já as práticas entre estudantes e colegas refletem as disposições, habilidades e motivos que encorajam o adolescente a se envolver politicamente no futuro. Os itens procuraram mensurar o nível de autoestima dos alunos – pois, relacionada à noção de eficácia política, a baixa autoestima faz com que os indivíduos evitem participar de clubes, ou falar em público e até mesmo a se envolver em organizações civis -, e se estes são participantes de aulas governamentais ou se possuem posições de liderança nos diversos clubes – fatores que podem dotá-los de habilidades relacionadas à atividade política “adulta”. Além disso, questões relacionadas aos motivos para o envolvimento futuro, como, por exemplo, o fato de que as expectativas educacionais ou ocupacionais desses indivíduos podem levar a uma participação voluntária de caráter instrumental, também foram analisadas, assim como o relacionamento destes com os seus pares, estimando os efeitos da convivência social.

Por fim, segundo a literatura, as características da escola influenciam no desenvolvimento cívico dos estudantes. Foram analisados, então, o tipo de escola – públicas e privadas, urbanas e rurais – e as oportunidades de atividades extracurriculares que a escola oferece. (MCFARLAND e THOMAS, 2006)

A análise dos dados de cada um dos estudos nacionais procurou demonstrar quanto um estudante ganha na probabilidade de participar futuramente quando se envolve em uma atividade, ou quando é influenciado por algum outro fator. Os dados foram analisados em grupos teóricos, de modo que as magnitudes dos efeitos da participação voluntária fossem mediadas pela origem social, pelas atitudes dos pais e pelas práticas de estudantes e seus pares. A introdução desses controles se fez necessária para que os efeitos da associação voluntária não fossem superestimados no processo de socialização política desses indivíduos. (MCFARLAND e THOMAS, 2006)

Os resultados demonstraram que o envolvimento em associações voluntárias tem efeitos positivos e significativos na participação política, com um retorno observado na participação adulta por sete e até doze anos depois. As organizações estudantis que demandam um comprometimento de tempo do estudante, que tem características de uma atividade política, e que requerem uma performance pública, tem uma maior relação positiva na participação a longo prazo. Os autores observaram também que não se envolver tem um efeito negativo na probabilidade de participação futura. (MCFARLAND e THOMAS, 2006)

O envolvimento em atividades do conselho estudantil, dos clubes de drama, dos grupos musicais ou religiosos, apresentou um retorno positivo na participação futura. Em relação aos clubes acadêmicos, o clube de debate foi o único a ter efeito positivo no envolvimento político futuro, pois enquanto os clubes de matérias acadêmicas não apresentaram efeitos significativos, outros tipos de clubes demonstraram ter efeitos negativos na socialização política dos indivíduos. Segundo os autores, os clubes que promovem um distanciamento dos alunos da vida pública apresentam essa característica, pois demandam pouco do tempo dos membros, e não se reúnem com tanta frequência durante o semestre letivo, o que ocorre, por exemplo, nos clubes do livro ou de informática. (MCFARLAND e THOMAS, 2006)

Outros tipos de associações não apresentaram efeitos positivos na participação futura, como os times de esportes, escolares ou não. Segundo McFarland e Thomas (2006), a seleção de gênero e a socialização dos indivíduos podem contribuir para esse efeito, de forma

que os times de esportes podem estar reproduzindo algumas características de origem social, e diminuindo os esforços de socialização que ocorrem em outras atividades. A análise também revelou que o trabalho em campanhas políticas tem falhado em encorajar a participação política, pois ocorre de forma mais esporádica, apenas no período eleitoral, o que faz com que atividades que aconteçam de forma contínua, como, por exemplo, o serviço comunitário, apresentem uma maior eficiência no encorajamento dos indivíduos.

Em relação aos grupos teóricos, os resultados evidenciaram que as características da origem social realmente explicam certas filiações em determinadas atividades, e reproduzem níveis de participação política decorrentes das diferenças atribuídas a cada contexto social. As oportunidades que a idade e a cidadania oferecem, assim como as diferenças raciais e as origens de classe, são alguns fatores que explicam esse efeito. De acordo com os resultados, os cidadãos americanos e os indivíduos mais velhos possuem mais oportunidades de serem politicamente ativos; os asiáticos compõem o grupo étnico menos provável de se tornar politicamente ativo, enquanto os negros são os mais prováveis; e os indivíduos de baixo status socioeconômico são menos prováveis de participar futuramente, se comparados com os de alto status socioeconômico. Já em relação às atitudes dos pais, as práticas comportamentais dos progenitores, tais como o hábito de conversar com os filhos e o envolvimento cívico desses cidadãos, influenciam a participação dos adolescentes de forma bem mais significativa do que as atitudes e posicionamentos dos pais e as expectativas destes para com o futuro dos filhos. Quanto às características dos estudantes e do relacionamento com os seus pares, por sua vez, os resultados demonstraram que a participação nas atividades escolares é influenciada pelas habilidades de liderança do adolescente, pelo sentimento de autoestima e pelo nível de envolvimento dos amigos na atividade. As atividades não-escolares, por sua vez, são influenciadas pelo sentimento de autoestima e pela conexão, pelo sentimento de pertencimento que o indivíduo tem em relação à sua comunidade. (MCFARLAND e THOMAS, 2006)

A partir dos resultados encontrados, os autores puderam concluir que as associações que promovem o debate, a oportunidade de falar em público e o serviço comunitário, com uma representação e procedimentos comuns a todos, são responsáveis, de modo geral, por desenvolver relacionamentos, habilidades, conhecimentos, identidades e interesses no sistema político que tendem a se manter na idade adulta. Os ganhos da participação precoce para a população média e pouco participativa resultaria em um maior registro eleitoral e uma maior probabilidade de votar, enquanto para a população já

politicamente engajada, os ganhos resultariam em uma maior participação no serviço comunitário e no envolvimento em campanhas. Portanto, se o adolescente se envolve em certo número de associações (os autores citam entre cinco e seis, que seria a média para os estudos analisados), cujo caráter da atividade seja mais político, então mudanças substanciais na participação adulta, ao nível da população, tendem a ocorrer. (MCFARLAND e THOMAS, 2006)

O estudo de Quintelier (2015) corrobora as afirmações de McFarland e Thomas, ao encontrar resultados semelhantes a partir de uma análise dos efeitos dos agentes socializadores sobre a participação dos adolescentes. O estudo se baseou no *Belgian Political Panel Survey 2006-2011*, que entrevistou, em 2006, uma amostra inicial de mais de 6.000 estudantes belgas de 16 anos acerca das suas orientações políticas e sociais, com questões sobre as características da origem social de cada um, bem como das suas atividades e atitudes políticas. Em 2008, aos de 18 anos de idade, cerca de 4.235 adolescentes (67% da amostra inicial) foram novamente entrevistados, alguns contatados por e-mail ou através da internet, e outros através das escolas. Já em 2011, um terceiro *survey* foi aplicado a um total de 3.025 jovens (48% da amostra inicial), agora com 21 anos, tendo a maioria sido contatada por e-mail ou pela internet. O estudo procurou estimar o efeito dos cinco agentes socializadores – a família, os colegas, a mídia, as participação em associações, e as escolas - na participação política no estágio inicial, isto é, aos 16 anos, e o efeito dos agentes no crescimento dessa participação.

Os resultados encontrados demonstraram que quase todos os agentes exercem uma influência positiva na participação política, mas os efeitos mais evidentes são encontrados entre o relacionamento com os colegas e o envolvimento voluntário. Maiores níveis de discussão política entre os colegas, e de participação em associações, levam não somente a um maior nível de participação política aos 16 anos, como também o aumento da prática de debates e do número de filiações aos 18 e 21 anos tende a gerar um maior crescimento na participação política com o tempo. (QUINTELIER, 2015) Uma conclusão semelhante também foi encontrada no trabalho de McFarland e Thomas (2006), que demonstraram que, quanto maior o número de associações da qual o adolescente é membro, maiores são os ganhos na participação futura. Os autores mencionam que um adolescente médio, que participa de cinco ou seis atividades, tende a se tornar de 3% a 9% mais provável de realizar o registro para votar; de 12% a 17% mais provável de realmente votar; de 5% a

13% mais provável de realizar serviços comunitários; e de 1% a 3% mais provável de se envolver em campanhas políticas.

Ao analisar os efeitos dos agentes para os adolescentes de 16 anos, Quintelier (2015) encontra um dado interessante: ao mesmo tempo em que a participação voluntária exerce um efeito positivo sobre a participação inicial desses adolescentes, ser membro de um grande número de associações pode ter o efeito, também, de inibir o crescimento da participação política nesses jovens. A autora encontra duas explicações possíveis para isso. De acordo com a primeira, quanto maior o número de associações da qual o adolescente é membro, menor o tempo disponível para que ele realize atividades políticas no futuro. Já a segunda explicação diz respeito a um efeito de seleção. Pessoas que são ativas através ou por meio dos agentes socializadores já são propensas a participar politicamente no futuro, portanto, não apresentam uma tendência a aumentar o nível de envolvimento com o decorrer do tempo, se comparadas com indivíduos que apresentam um baixo nível de participação inicial.

Em relação a este último aspecto, McFarland e Thomas (2006) demonstraram que entre 11% e 17% dos efeitos de estar associado a uma organização operam em decorrência das diferenças da origem e do contexto social (SES, raça, idade e cidadania). Assim, os autores esclarecem que os efeitos positivos de participar voluntariamente não são explicados apenas pelo aprendizado social, através das ações realizadas e do desenvolvimento de habilidades pessoais, mas também, em certa escala, pela origem social e de classe dos membros. Portanto, ainda que a participação ofereça benefícios para todos os membros, independente da origem social de cada um, é evidente que a participação em determinadas atividades é condicionada às características pessoais e sociais de cada adolescente. Em outras palavras, a ausência de crescimento na participação política de determinados jovens apenas significa que a participação destes indivíduos tende a se manter em um patamar constante durante as diferentes etapas das suas vidas, em decorrência dos já mencionados fatores de origem social.

Um importante aspecto ressaltado por ambos os estudos citados está relacionado à importância das escolas. Para Quintelier (2015), as escolas foram consideradas como agentes de menor importância em relação aos efeitos sobre a participação política. Segundo a autora, esse agente é o mais acessível ao governo, e o mais passível de sofrer influência dessa instituição, e, ainda assim, foi considerado no estudo o agente menos eficaz em todo o

processo. Na análise de Quintelier (2015), as escolas deveriam promover o desenvolvimento cívico dos indivíduos, mas a autora menciona que as atividades cívicas são pouco focadas no currículo belga. Já McFarland e Thomas (2006) consideram que esse agente é de fundamental importância, pois oferecem aos adolescentes a oportunidade de participar de organizações cujas atividades são responsáveis por desenvolver orientações voltadas à comunidade, e também são capazes de gerar cidadãos críticos dispostos a trabalhar em prol da sociedade. Contudo, na análise dos autores, o papel da escola como agente socializador clássico, isto é, capaz de fornecer classes sobre o governo e de promover a educação cívica, também não apresentou retornos positivos no envolvimento político. Esse aspecto levanta novamente a questão de que é necessário realizar uma revisão curricular nas escolas de ensino médio, a fim de que as atividades desempenhadas em sala de aula voltem a adquirir uma posição de relevância frente ao processo de socialização política dos indivíduos, afinal, o conhecimento cívico e político envolve não somente um conhecimento de caráter prático, mas também histórico e teórico.

Tanto o estudo de McFarland e Thomas (2006), quanto o de Quintelier (2015), concordam que as associações voluntárias são o mecanismo mais eficiente para o desenvolvimento do hábito de participar, de forma que elas, entre todos os outros agentes socializadores, são as que promovem um maior estímulo à participação política. Como observado por McFarland e Thomas (2006), o efeito da socialização política através desse agente é influenciado também pela origem social do indivíduo, pelas atitudes dos pais e pelo relacionamento dos estudantes com os seus pares. Entretanto, ao mesmo tempo em que algumas associações podem reproduzir as diferenças de origem social, com resultados negativos sobre a participação política futura, a maioria das associações é eficiente em fornecer um aprendizado através de diversos tipos de experiências que encorajam um envolvimento político em longo prazo – aprendizado tal que não pode ser reduzido apenas aos fatores de origem e contexto social. A importância central da participação voluntária reside no fato de que, ao fornecer um ambiente que estimula o convívio social e que proporciona aos indivíduos a oportunidade de trabalhar em prol de um objetivo comum, ela se torna responsável por dotá-los de habilidades e de conhecimentos que são necessários para a atividade política “adulta”. A participação na adolescência é, portanto, uma atividade educadora, eficaz tanto na educação cívica quanto política, e responsável por tornar o adolescente familiarizado com as condições do processo participativo de um cidadão.

Alguns desafios para a socialização através dessas atividades ainda permanecem. No século XXI, o fornecimento de uma educação cívica e política para uma diversidade de cidadãos de diferentes nacionalidades ou etnias ainda tem enfrentado dificuldades relacionadas ao processo de socialização dos indivíduos através de outros agentes. Além disso, é necessário expandir a oportunidade de engajamento nas associações também aos cidadãos menos privilegiados, ou àqueles que são educados em casa (*home-schooled*). Em relação às escolas, ampliar a quantidade e a diversidade de associações, a fim de aumentar também o interesse em participar de tais atividades é uma estratégia que deve ser considerada, uma vez que as atividades extracurriculares são, na maioria das vezes, mais acessíveis aos adolescentes do que aquelas que ocorrem fora desse contexto. (QUINTELIER, 2015) Por fim, McFarland e Thomas (2006) ressaltam que o desenvolvimento de pesquisas e práticas que proporcionem um enriquecimento das experiências associativas deveriam ser consideradas como metas políticas, a fim de promover melhores resultados na participação dos futuros eleitores. Esses levantamentos são exemplos de uma série de indagações que os pesquisadores têm destacado acerca do processo de socialização política, e permanecem em aberto, oferecendo algumas oportunidades para as pesquisas futuras.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A socialização e a participação política são processos de desenvolvimento de atitudes e de comportamentos que possuem uma profunda inter-relação. A extensa literatura sobre socialização política enfatiza a importância desse processo na construção de indivíduos dotados de orientações políticas condizentes com a cultura política nacional. Países cuja cultura política seja do tipo democrática demandam de seus cidadãos uma participação ativa, capaz de legitimar o sistema e de realizar um controle sobre os representantes. A socialização política, além de educar e internalizar valores, também estimula a ativação política dos indivíduos, o que resulta em cidadãos mais propensos a participar politicamente.

Pesquisas recentes sobre socialização têm demonstrado a importância das associações voluntárias como os agentes socializadores mais eficazes no processo de ativação política. A participação em associações desenvolve habilidades cognitivas e sociais, e aprimora o relacionamento do indivíduo com a sua comunidade. Esses achados corroboram os postulados teóricos da democracia participativa que, há muito tempo, já afirmavam que a participação possui um caráter educador, que qualifica o cidadão, e uma importante função de integração, que estimula o desenvolvimento de cidadãos de espírito público. Se o processo participativo é autossustentável, pois quanto mais o indivíduo participa, mais qualificado ele se torna para fazê-lo, a participação em atividades associativas no período da adolescência é fundamental para qualificar de forma precoce esses cidadãos e futuros eleitores.

No século XXI, as mudanças sociais e políticas que ocorreram nas sociedades democráticas tem dificultado a mensuração da atividade política dos jovens por meio de parâmetros estabelecidos para as gerações anteriores. Esses indivíduos estão cada vez mais ativos politicamente, participando através de diferentes esferas alternativas. Nos primeiros anos da década de 2000, a participação institucional observou um considerável distanciamento por parte dessa população, mas esse cenário tem apresentado mudanças positivas. Além disso, com as alterações que se verificaram nas sociedades nacionais e globais, novos agentes socializadores estão aparecendo. A intensa imigração que vem ocorrendo entre os países, por exemplo, tem remodelado a comunidade política, o que faz com que novos fatores como o nível de proficiência na língua e a concentração residencial atuem sobre o processo de socialização desses indivíduos de maneira distinta do que se tem observado até o momento para os cidadãos nativos, e os reflexos disso são observados no

baixo índice de participação que essas populações de imigrantes ou de cidadãos naturalizados costumam apresentar.

São bastante significativos os desafios que as novas comunidades políticas apresentam para o estudo da socialização política. Os desdobramentos da socialização no século XXI para a participação política dos indivíduos ainda carecem de estudos aprofundados tanto nos Estados Unidos, pioneiros em análises do tipo, quanto – e principalmente – nos países da América Latina. As pesquisas sobre o tema ainda focam determinadas populações em detrimento de outras, e tal característica tem limitado a análise dos resultados e das considerações sobre o processo de socialização política de indivíduos de diferentes etnias e nacionalidades.

BIBLIOGRAFIA

- ANDOLINA, M. W.; JENKINS, K.; ZUKIN, C. & KEETER, S. (2003) *Habits from Home, Lessons from School: Influences on Youth Civic Engagement*. Political Science and Politics. Vol. 36, No 2, pp 275 – 280.
- BURNS, N; SCHLOZMAN, K.; VERBA, S. (2001) *The Private Roots of Public Action: Gender, Equality, and Political Participation*. Harvard University Press, 1st Edition.
- CAMINO, Leôncio & COSTA, Joseli B. (1994) *A participação política do adolescente: indicação de uma abordagem psico-social a partir da noção de identidade*. Temas em Psicologia. No. 1, pp 1 – 16.
- CHO, Wendy K. T. (1999) *Naturalization, Socialization, Participation: Immigrants and (Non-)Voting*. The Journal of Politics. Vol. 61, No. 4, pp 1140-1155.
- CHO, W; GIMPEL, J & DYCK, J. (2006) *Residential Concentration, Political Socialization, and Voter Turnout*. The Journal of Politics. Vol. 68, No. 1, pp 156-167.
- DUDLEY, Robert L. & GITELSON, Alan R. (2003) *Civic Education, Civic Engagement, and Youth Civic Development*. Political Science and Politics, pp 263-267.
- HYMAN, Herbert. (1959) *Political socialization: a study in the psychology of political behavior*. Glencoe: The Free Press.
- HOOGHE, Marc. (2004) *Political socialization and the Future of Politics*. Acta Politica. Vol. 39, pp 331-341.
- IBASE & PÓLIS. (2005) *Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas; relatório final*. Rio de Janeiro: IBASE, POLIS.
- JENNINGS, M. K. (2000) *Participation Viewed Through the Lens of the Political Socialization Project*. Artigo apresentado na conferência “Political Participation: Building a Research Agenda”. Center for The Study of Democratic Politics, Princeton University.
- JENNINGS, M. K. & NIEMI, Richard G. (1968) *The Transmission of Political Values from Parent to Child*. The American Political Science Review. Vol. 62, No 1, pp 169-184.
- MACFARLAND, Daniel A. & THOMAS, Reuben J. (2006) *Bowling Young: How Youth Voluntary Associations Influence Adult Political Participation*. American Sociological Review. Vol. 71, No. 3, pp 401-425.
- MASSIALAS, Byron G. (1970) *The School in the Political Socialization of Children and Youth*. Association for Supervision and Curriculum Development. Vol. 28, No, 1, pp 31-35.
- MERELMAN, Richard M. (1980) *The Family and Political Socialization: Toward a Theory of Exchange*. The Journal of Politics. Vol. 42, No. 2, pp 461-486.

MURRAY, Gregg R. & MULVANEY, Matthew K. (2012) *Parenting Styles, Socialization, and The Transmission of Political Ideology and Partisanship*. *Politics & Policy*. Vol. 40, No. 6, pp 1106-1130.

NIEMI, Richard G. & SOBIESZEK, Barbara I. (1977) *Political Socialization*. *Annual Review of Sociology*. Vol. 3, pp. 209-233.

OPPO, Anna. (2000) *Socialização política*. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Tradução de Carmen C. Varriale et alii. 5ª ed. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, pp. 1202-1206.

O'TOOLE, T; LISTER, M; MARSH, D; JONES, S. & MCDONAGH, A. (2003) *Tuning out or left out? Participation and non-participation among young people*. *Contemporary Politics*. Vol. 9, No. 1, pp 45-61.

OWEN, Diana. (2008) *Political Socialization in the Twenty-first Century: Recommendations for Researches*. Paper presented at a meeting of the Center for Civic Education and the Bundeszentrale für politische Bildung, James Madison's Montpelier, September 21-26. Orange, VA.

PATEMAN, Carole. (1992) *Participação e Teoria Democrática*. Paz e Terra. Rio de Janeiro.

QUINTELIER, Ellen. (2015) *Engaging Adolescents in Politics: The Longitudinal Effect of Political Socialization Agents*. *Youth & Society*. Vol. 47, No. 1, pp 51-69.

RIBEIRO, Ednaldo A. & FARINA, Marli B. (2004) *Cultura Política e Agentes de Socialização*. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*. Vol. 9, No. 2, pp 177-198.

ROBALLO, Jorge H. M. (2010) *Cultura e Socialização Política dos Estudantes de Ensino Médio e Seus Pais: um estudo de caso a partir de duas gerações em Rio Pardo/RS*. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*. Vol. 9, pp 1 – 9.

SEARING, D; WRIGHT, G. & RABINOWITZ, G. (1976) *The Primacy Principle: Attitude Change and Political Socialization*. *British Journal of Political Science*. Vol. 6, No. 1, pp 83-113.

SCHMIDT, João Pedro. (2000) *JUVENTUDE E POLÍTICA NOS ANOS 1990: UM ESTUDO DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Outubro de 2000.

SINGER, Audrey. (2002) *Immigrants, Welfare Reform and the Coming Reauthorization Vote*. *The Online Journal of the Migration Policy Institute*. *Migration Policy*. Disponível em: <http://www.migrationpolicy.org/article/immigrants-welfare-reform-and-coming-reauthorization-vote>. Acesso em: 01 de novembro de 2015.

TORNEY-PURTA, Judith. (2002) *The School's Role in Developing Civic Engagement: A Study of Adolescents in Twenty-Eight Countries*. *Applied Developmental Science*. Vol. 6, No, 4, pp 203-212.

TORNEY-PURTA, Judith & AMADEO, Jo-Ann. (2003) *A Cross-National Analysis of Political and Civic Involvement Among Adolescents*. Political Science and Politics. Pp 269-274.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L. & BURNS, N. (2003) *Family Ties: Understanding the Intergenerational Transmission of Participation*. In: ZUCKERMAN, A. *The Social Logic of Politics*. Temple University Press. Philadelphia.